

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

VALÉRIA SILVESTRE

Construindo pontes:

O letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da
igualdade e diversidade

BAURU-SP

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

VALÉRIA SILVESTRE

Construindo pontes:

O letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da
igualdade e diversidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências, Campus Bauru - Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho.

BAURU

2025

S587c	Silvestre, Valéria Construindo pontes : O letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade / Valéria Silvestre. -- Bauru, 2025 110 p. : il., fotos Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru Orientador: Macioniro Celeste Filho 1. Educação. 2. Relações étnico-raciais. 3. Letramento. 4. Relações de gênero. I. Título.
-------	---

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE VALERIA SILVESTRE, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 16 de dezembro de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de VALERIA SILVESTRE, intitulada **Construindo pontes: O letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade e produto educacional "Nossa Consciência Negra: Um Olhar Feminino - Explorando a História e a Cultura Afro-Brasileira"**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. MACIONIRO CELESTE FILHO (Orientador - Participação Presencial) do Departamento de Educação/ UNESP / Câmpus de Bauru - FC, Prof. Dr. ANTONIO DONIZETI FERNANDES (Participação Virtual) do Centro de Ciências Humanas e Educação / Universidade Estadual do Norte do Paraná, Prof. Dr. FABIO FERNANDES VILLELA (Participação Virtual) do Departamento de Educação / UNESP / Câmpus de São José do Rio Preto - Ibilce, Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **aprovada**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. MACIONIRO CELESTE FILHO

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

A jornada do mestrado representou um processo de amadurecimento pessoal, intelectual e profissional, marcado por desafios superados com o apoio de pessoas essenciais para a concretização deste objetivo. Desde o início, encontrei no Sagrado um ponto de apoio em momentos de incerteza.

Ao meu orientador, Dr. Macioniro Celeste Filho, registro sincera apreciação pela orientação precisa, generosa e inspiradora. Sua competência e sensibilidade acadêmica foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço pela confiança, críticas construtivas e contribuições que ampliaram minha formação como pesquisadora.

Agradeço imensamente também aos membros da Banca de Qualificação e Defesa, ao Professor Dr. Antonio Donizete Fernandes e ao Professor Dr. Fabio Fernandes Villela, por suas valiosas contribuições e orientações que enriqueceram esta pesquisa.

Minha família teve papel central nessa trajetória. Em memória de meu avô Quirino, deixo registrado meu reconhecimento por seu apoio constante. Aos meus pais, Adão e Vilma, agradeço por ensinarem resiliência e por me apoiarem incondicionalmente. Ao meu marido, Ademir, expresso gratidão por sua generosidade, amor, paciência e incentivo constante, sendo meu porto seguro. Ao meu filho, Miguel, agradeço pela compreensão diante das ausências necessárias e pela maturidade demonstrada, mesmo sendo tão jovem.

Minhas irmãs, Débora, Cintia e Renata, foram companheiras essenciais, não apenas como família, mas como amigas verdadeiras. Meu cunhado Sergio esteve sempre presente, oferecendo apoio e incentivo. Meus sobrinhos e sobrinhas, com seu carinho e alegria, foram uma fonte constante de motivação e inspiração.

Juntos, sempre me apoiaram, ajudaram e acarinharam com orgulho, tornando essa jornada mais leve e significativa. Sou também grata a meus amigos, que foram fundamentais ao longo do caminho. Ao Mestre Diclei, por sua insistência, presença constante e apoio genuíno, e à Mestra Gisele, por sua dedicação e disponibilidade.

Aos colegas de trabalho de todos os setores, sempre dispostos e disponíveis para auxiliar na realização desta pesquisa, à gestão escolar onde realizei o estudo, especialmente aos profissionais Marisa (Arte), José Roberto (Educação Física) e Edson (psicopedagogo), que diretamente ministraram oficinas, e à Rede de Ensino de Ourinhos, agradeço o apoio institucional.

Dedico este trabalho às crianças, que inspiram meu compromisso com a educação. Agradeço a todos que contribuíram; esta conquista é fruto de um esforço coletivo.

RESUMO

A escola tem um papel fundamental na eliminação das discriminações e na formação de identidades positivas e respeitadas em relação às diferenças étnico-raciais e de gênero. A educação antirracista é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A alfabetização é um momento crucial na formação dos indivíduos, pois representa o primeiro contato com o mundo letrado e uma oportunidade para a construção de relações de gênero e raça. Esta dissertação buscou investigar como as relações de gênero e raças são construídas e negociadas durante o processo de alfabetização/letramento, com ênfase nas práticas pedagógicas e nos materiais didáticos utilizados. A pesquisa se fundamentou em teorias críticas da educação, como a teoria da pedagogia crítica de Paulo Freire, e se apoiou na Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. A metodologia desta pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa, com ênfase na coleta e análise de dados em uma sala de aula de uma escola de uma cidade de médio porte do interior paulista, realizada por meio de rodas de conversa, entrevistas semiestruturadas, registros de imagens, sons e vídeos e diários de aula. Os resultados desta pesquisa podem contribuir para a reflexão sobre as práticas de alfabetização/letramento e a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Além disso, acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, capazes de construir uma sociedade mais justa, respeitosa e tolerante, onde os valores humanos sejam valorizados e respeitados. Em particular, esperamos que os resultados desta pesquisa possam informar práticas pedagógicas mais eficazes para a promoção da igualdade e diversidade na educação, contribuir para a redução das desigualdades e discriminações nas escolas e fortalecer a autoestima e a identidade dos estudantes, especialmente aqueles de grupos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Educação; Relações étnico-raciais; Letramento; Relações de gênero.

ABSTRACT

The school plays a fundamental role in eliminating discrimination and in fostering positive and respectful identities regarding ethnic-racial and gender differences. Antiracist education is essential for building a more just and equitable society. Literacy is a crucial moment in individual development, as it represents the first contact with the literate world and an opportunity for the construction of gender and racial relations. This dissertation sought to investigate how gender and racial relations are constructed and negotiated during the literacy process, with emphasis on the pedagogical practices and teaching materials used. The research was grounded in critical education theories, such as Paulo Freire's theory of critical pedagogy, and supported by Law No. 10.639/03, which mandates the teaching of Afro-Brazilian History and Culture in schools. The methodology of this study was based on a qualitative approach, with emphasis on data collection and analysis conducted in a classroom of a school in a medium-sized city in the interior of São Paulo state, through conversation circles, semi-structured interviews, image, sound and video recordings, and classroom journals. The results of this research may contribute to reflections on literacy practices and to the promotion of a more inclusive and equitable education. Furthermore, we believe that this research can contribute to the formation of critical and reflective individuals capable of building a more just, respectful and tolerant society, where human values are upheld and respected. In particular, we hope that the findings of this study will inform more effective pedagogical practices for promoting equality and diversity in education, contribute to reducing inequalities and discrimination in schools, and strengthen the self-esteem and identity of students, especially those from historically marginalized groups.

Keywords: Education; Ethnic-Racial Relations; Literacy; Gender Relations.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEERT	Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades
CEP	Comitê de Ética Em Pesquisa
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
LDBEN	Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do Espectro Autista

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O papel do pesquisador na pesquisa-ação.	57
Figura 2: Matriz Curricular do Ensino Fundamental	60
Figura 3: Elementos africanos no Brasil.	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características gerais da unidade de ensino	58
Quadro 2: Participantes da pesquisa	58
Quadro 3: O que significa ser diferente para você?	74
Quadro 4: Como você se sente quando vê alguém com uma cor de pele diferente da sua?.....	74
Quadro 5: Por que você acha que todas as pessoas são especiais e importantes?	75
Quadro 6: O que você acha que meninos e meninas podem fazer juntos?	75
Quadro 7: Você acha que meninos e meninas devem ter os mesmos direitos e oportunidades?	75
Quadro 8: O que você faz quando vê alguém sendo tratado de forma diferente por ser menino ou menina?	75
Quadro 9: O que você faz quando alguém é tratado de forma injusta ou má?	75
Quadro 10: Por que é importante respeitar as diferenças entre as pessoas?	76
Quadro 11: Você acha que todos merecem ser tratados com respeito e gentileza?	76
Quadro 12: Qual é o seu tempo de experiência como professor(a) no Ensino Fundamental?.....	76
Quadro 13: Como você define educação antirracista e igualdade de gêneros em sua prática pedagógica?.....	77
Quadro 14: Quais estratégias você utiliza para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros em sua sala de aula?	77
Quadro 15: Como você lida com situações de discriminação ou preconceito em sala de aula?	77
Quadro 16: Você recebeu formação específica sobre educação antirracista e igualdade de gêneros durante sua formação inicial ou continuada?.....	77
Quadro 17: Quais recursos ou materiais você utiliza para apoiar sua prática pedagógica em educação antirracista e igualdade de gêneros	78
Quadro 18: Como você avalia a eficácia de suas estratégias para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros?.....	78
Quadro 19: Quais são os principais desafios que você enfrenta ao promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros em sua prática pedagógica	78

Quadro 20: Como você acredita que a educação antirracista e a igualdade de gêneros podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis?	78
Quadro 21: Quais oportunidades você vê para melhorar a educação antirracista e a igualdade de gêneros nos anos iniciais	79

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Atividade lápis cor de pele	62
Imagem 2: Eu sou assim: A1	63
Imagem 3: Eu sou assim: A2	63
Imagem 4: Eu sou assim: A3	64
Imagem 5: Eu sou assim: A4	65
Imagem 6: Eu sou assim: A5	66
Imagem 7: Eu sou assim: A6	66
Imagem 8: Eu sou assim: A7	67
Imagem 9: Eu sou assim: A8	68
Imagem 10: Eu sou assim: A9	68
Imagem 11: Eu sou assim: A10	69
Imagem 12: Eu sou assim: A11	70
Imagem 13: Eu sou assim: A12	70
Imagem 14: Palestra de sensibilização	72
Imagem 15: Explanação sobre capoeira	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 UMA PRÁTICA ANTIRRACISTA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	23
O Papel do Movimento Negro na Democratização da Sociedade Brasileira	36
2 A IMPORTÂNCIA DO ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE EQUITATIVA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO.....	41
Alfabetização Crítica e Plural: Uma Perspectiva para a Educação Antirracista e de Gênero.....	43
As relações de racismo, sexismo e gênero na instituição educação	45
Políticas educacionais antirracistas: a importância da ação coletiva.....	49
3 PERCORRENDO UM CAMINHO: JORNADA METODOLÓGICA.....	55
Descrição da instituição escolar e dos participantes do estudo	57
Característica geral institucional e dos participantes da pesquisa.	58
Perfil dos alunos	59
Matriz Curricular do Ensino Fundamental I.....	60
Técnicas de coleta de dados.....	60
Pesquisa de campo com alunos.....	61
Pesquisa de campo com professores.....	76
Análises e discussões	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES.....	92
Apêndice A – Carta de anuência à Secretaria Municipal de Educação	93
Apêndice B – Carta de Aceite da Unidade Escolar.....	94
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o professor	95
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os pais ou responsáveis pelos estudantes.....	98
Apêndice E – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para o estudante.....	101

Apêndice F – Instrumento de coleta de dados – questionário para os professores	103
Apêndice G – Instrumento de Coleta de Dados – questionário para os estudantes	106
Apêndice H – Parecer do Comitê de Ética.....	108

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa, “Construindo pontes: o letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade”, surgiu a partir da minha jornada pessoal como estudante e educadora, que me levou a refletir sobre a importância da igualdade e diversidade na educação. O letramento racial, neste contexto, é tratado como um conceito que vai além da alfabetização tradicional, envolvendo habilidades de percepção, análise e ação sobre as questões étnico-raciais. É um processo contínuo de formação que visa promover a valorização da diversidade e o respeito às diferenças, conforme destacado na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

Minha trajetória pessoal como estudante e educadora tem sido profundamente influenciada pela minha experiência de crescer em uma família inter-racial. Essa vivência me permitiu compreender os desafios de navegar em um mundo em que a representação e a inclusão nem sempre são uma prioridade.

Na família da minha mãe, presenciei situações em que os tios faziam brincadeiras como “pé na senzala” e “achada na lata de lixo”, considerando-a suja e insinuando que os filhos, meus primos, deviam agir com desprezo e cantar músicas racistas e depreciativas. Essas experiências dolorosas me mostraram como o racismo e a discriminação podem ser perpetuados, mesmo dentro do ambiente familiar. Em contraste, a família do meu pai, que é pardo, era um ambiente mais tranquilo e acolhedor, no qual a diversidade e a inclusão eram valorizadas. Essas experiências contrastantes moldaram minha percepção sobre a importância da igualdade e diversidade na educação.

Minha experiência como educadora em diferentes cargos e funções me permitiu ver de perto as dificuldades enfrentadas pelos alunos negros, especialmente as meninas, que enfrentam dupla opressão devido ao racismo e ao sexismo. A falta de representatividade e a ausência de modelos positivos podem levar à perda de identidade e autoestima. Essa reflexão pessoal e profissional me fez questionar como o letramento racial e de gênero pode ser um instrumento eficaz para promover a igualdade e diversidade na educação, e como as escolas podem criar ambientes mais inclusivos e acolhedores para estudantes de diferentes origens e identidades.

Isso me fez questionar o papel da educação no viés da valorização e conhecimento cultural, especialmente no que diz respeito à implementação efetiva da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica (Brasil, 2003).

A educação é um poderoso instrumento para transformar a sociedade, construir pontes entre as diferentes culturas e comunidades, e a educação antirracista, neste contexto, é fundamental para promover a reflexão, a igualdade e a diversidade. Ela pode ajudar a conscientizar os alunos sobre questões relacionadas ao preconceito e à discriminação, empoderando-os para que se tornem agentes de mudança, capazes de impulsionar a igualdade e a justiça em sua comunidade.

A alfabetização é um processo fundamental na formação dos alunos, que vai além da simples transmissão de conhecimentos. Segundo Freire (2011), a alfabetização é um ato político e social que visa à conscientização e à transformação da realidade. Numa perspectiva étnico-racial e de gênero, a alfabetização pode ser realizada por meio do letramento racial, que inclui a abordagem de temas relevantes, como a história e a cultura afro-brasileira e indígena, bem como questões de gênero.

Como afirma Munanga (2005), a educação é um processo de transmissão e produção de conhecimentos que deve levar em conta a diversidade cultural e a complexidade das relações sociais. Nesse sentido, a inclusão de materiais didáticos que reflitam a diversidade da sociedade brasileira é fundamental para promover a equidade e a justiça social.

Nesse contexto, a alfabetização se configura como um processo de letramento crítico, visando formar cidadãos capazes de analisar e questionar as estruturas de poder e desigualdades sociais. Isso envolve a inclusão de temas relevantes, como a história e cultura afro-brasileira e indígena, questões de gênero, e o uso de materiais didáticos inclusivos que reflitam a diversidade brasileira, promovendo uma formação mais abrangente e transformadora.

A escola e os professores têm um papel crucial na implementação de práticas educacionais, proporcionando um ambiente acolhedor e respeitoso, no qual todos os alunos se sintam valorizados e incluídos.

Feita a apresentação da autora e de sua trajetória de vida, pesquisa e trabalho, passa-se à discussão de como se deu a delimitação do objeto de pesquisa. Esta pesquisa buscou contextualizar e analisar as raízes do racismo e preconceito de raça e gênero numa sociedade majoritariamente negra, em que o colorismo¹ camufla consideravelmente questões

¹ A primeira elaboração de “colorismo” enquanto conceito surge por volta de 1982, nos Estados Unidos, e é atribuída à escritora Alice Walker. Para Walker, o colorismo (ou pigmentocracia) seria o tratamento prejudicial ou preferencial de pessoas de uma mesma raça baseado somente na sua cor (Walker, 1982 *apud* Rios; Santos; Ratts, 2018).

impeditivas para o crescimento individual na busca da igualdade racial de direitos civis e, conseqüentemente, na diminuição das desigualdades e injustiças sociais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, dispõe que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esse artigo reflete a importância da educação como base para o desenvolvimento individual e coletivo e como ferramenta para promover a cidadania e a qualificação para o trabalho.

Nesse contexto, a pesquisa buscou responder à seguinte questão: Como as atividades sequenciadas e contextualizadas, tais como rodas de leitura, de conversa, oficinas temáticas e outras ações pedagógicas, podem ser incorporadas à rotina dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, de modo a promover a formação crítica e autônoma deles? A escolha do 2º ano do Ensino Fundamental anos iniciais se justifica pelo fato de que os alunos estão em uma fase de desenvolvimento cognitivo em que começam a desenvolver habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas, o que representa um avanço em relação ao 1º ano, quando essas habilidades se desenvolvem de forma incipiente. Isso os torna mais receptivos a abordagens que promovam a reflexão e a análise crítica das questões sociais, permitindo que a pesquisa se aprofunde nos temas de letramento racial e de gênero. Assim, acreditou-se na possibilidade de vivenciar uma prática pedagógica inovadora, que ajudasse os educandos a reescreverem significados dos modos de sentir, pensar e agir, compreendendo a escola como espaço de interseções culturais e de discussões sobre diversidade, pautadas na escuta empática.

Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2009), o coordenador pedagógico desempenha um papel importante na implementação de políticas antirracistas e na criação de um ambiente escolar acolhedor e seguro para todos, independentemente da raça. O coordenador pedagógico deve trabalhar em conjunto com os professores e outros profissionais da escola para implementar políticas e práticas que promovam a igualdade racial, organizando ações de formação para os professores e demais profissionais sobre questões raciais e educação antirracista, acompanhando e avaliando a implementação das políticas na escola e identificando desafios e oportunidades de melhoria.

De acordo com Silvio Luiz de Almeida (2018, p. 40), “a raça é uma relação social, que se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos antagônicos”. Nesse sentido, a raça pode ser entendida como um conceito que serve para justificar e perpetuar desigualdades sociais e econômicas, afetando grupos

historicamente marginalizados. A compreensão desse conceito é fundamental para entender as dinâmicas sociais e as relações de poder que se estabelecem em uma sociedade. As políticas antirracistas têm como objetivo combater o racismo e promover a igualdade racial. Gonzalez (2019) destaca que o conceito de raça é utilizado para justificar a opressão e a exploração das populações negras, evidenciando a necessidade de compreender o racismo como um sistema que se baseia na construção social da raça para justificar a opressão e a exploração.

No entanto, é importante entender que o racismo é um sistema complexo e estrutural, que se manifesta em diferentes níveis da sociedade.

Como a Lei nº 10.639 dispõe: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (Brasil, 2003, art. 26-A).

A superação do racismo é um tema importante que deve ser abordado em todos os níveis da sociedade. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes destaca a importância de uma educação antirracista como compromisso de toda a sociedade. Conforme ressaltado por Gomes (2024) em sua fala no 3º Encontro Diálogos Antirracistas: “O movimento negro educador adverte que a educação antirracista deve ser uma das competências de qualquer profissional que assuma a gestão, a coordenação básica e a equipe técnica. Afinal, não se trata de algo paralelo à educação democrática. A educação antirracista é a educação que queremos, e ela só se realiza em um chão democrático”.

A educação antirracista é essencial para garantir uma educação de qualidade e igualitária para todos os alunos, independentemente de sua raça ou etnia. Uma gestão escolar que valoriza e promove a educação antirracista cria um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, no qual todos os alunos se sintam valorizados e respeitados. Nilma destaca que abordar o antirracismo nas escolas enfrenta desafios devido à ignorância e incompreensão, sendo essencial enfrentá-los.

Nossa sociedade tende a mascarar o racismo e outras questões sociais, como gênero e diversidade sexual, em vez de enfrentá-las de forma direta e crítica. Isso ocorre porque muitas vezes se acredita no mito da democracia racial, que obscurece as desigualdades e preconceitos presentes em nossa realidade (Gomes, 2024). Essa abordagem impede que instituições de ensino promovam debates significativos e ações eficazes para combater essas questões.

O desenvolvimento da capacidade dialógica oportuniza às crianças a capacidade de agir, da resolução de problemas através do diálogo, na construção identitária, de momentos de entrega e presença, expondo sentimentos e ouvindo o outro com respeito.

Falar e ouvir: essa é a base do diálogo, da educação dialógica e da ausência de violência no processo educativo. Mas não apenas falar e ouvir. O diálogo exige troca entre quem fala e quem ouve, entre quem aprende e quem ensina; todos têm algo grandioso a oferecer. Não só falar, como se a verdade fosse propriedade; muito menos só ouvir, como se não houvesse nada a ser entregue ao outro (Gaidargi, 2019).

A formação continuada dos professores e outros profissionais da educação é destacada como necessidade para promover a educação das relações étnico-raciais (Brasil, 2004, art. 4º, inciso II).

Esta pesquisa teve como participantes estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, de uma escola da rede municipal do interior paulista, para compreendermos a importância da temática e, assim, promover uma reflexão a respeito do cotidiano escolar e avançar na formação dessas crianças. É fundamental desenvolver um repertório crítico desde os primeiros anos de escolaridade. Realizada durante a regência de aulas no 2º ano, esta pesquisa buscou compreender como a escola pode contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs antirracistas. A valorização e o fortalecimento das identidades dos estudantes, descendentes de diferentes povos africanos, são essenciais para combater o racismo e promover conscientização e transformação. Através de atividades práticas, leituras e rodas de conversa, os estudantes puderam desenvolver habilidades críticas e respeitadas, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com a proposta de formar cidadãos críticos e respeitosos, esta pesquisa propôs atividades práticas, leitura, roda de conversa e construção de oficinas. Essas atividades visam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Considerando a formação de professores e a construção de objetos de aprendizagem, este trabalho adotou a pesquisa participativa como aporte metodológico, com uma abordagem qualitativa. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada das experiências e percepções dos estudantes, contribuindo para a construção de conhecimentos significativos.

A partir dos resultados, a pesquisa pôde articular as aulas, tornando-as mais significativas e contemplativas para os estudantes, demonstrando a importância do tema para a formação no meio social como um todo. Portanto, a questão norteadora desta pesquisa é: Como transformar a sociedade através da educação antirracista, utilizando o viés da valorização e formação do povo brasileiro e sua presença cultural em toda sua abrangência?

A delimitação desta interrogação aponta para o objetivo geral deste estudo: investigar possibilidades de inserir a Lei nº 10.639/03 na execução de atividades cotidianas e na promoção da relação étnico-racial para o desenvolvimento crítico de um grupo de estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, compreendendo a importância da implementação da lei nas práticas didático-pedagógicas para visibilidade e reconhecimento das produções de conhecimentos e saberes de negros africanos e afrodescendentes.

Apresentam-se como objetivos específicos:

- Promover a educação antirracista: desenvolver atividades e recursos que incentivem a reflexão crítica sobre as relações de poder e as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes e respeitosos;
- Fomentar a diversidade cultural: apresentar experiências e perspectivas de diferentes culturas e comunidades, promovendo a compreensão e o respeito pela diversidade cultural e pessoal, incentivando a reflexão sobre a importância da inclusão e da equidade na sociedade.
- Desenvolver um e-book interativo: criar um recurso educacional que apresente histórias, imagens e atividades que promovam a reflexão sobre a diversidade étnico-racial e de gênero, visando fortalecer a autoestima e a identidade dos estudantes.

A pesquisa apresenta três capítulos, sendo que, no capítulo um, após a introdução, será discutida a prática antirracista como uma abordagem fundamental para entender e combater o racismo no Brasil, conforme destaca Kabengele Munanga (2003), que enfatiza a importância de compreender o racismo como um problema estrutural e institucional. Nesse contexto, é essencial definir e conceituar o racismo de forma clara e precisa, visando promover uma educação inclusiva e equitativa, como propõe Paulo Freire (1987) em sua pedagogia crítica. O racismo, como um problema histórico e estrutural, afeta profundamente a sociedade brasileira, perpetuando desigualdades e discriminações, como demonstra Sueli Carneiro (2017) em sua análise sobre as relações raciais no Brasil. Apresenta-se, na subdivisão, a luta pela igualdade racial no Brasil, marcada por uma longa história e pela atuação dos movimentos sociais, como o movimento negro, bem como por políticas públicas que buscam combater o racismo e promover a inclusão.

O capítulo dois aborda a reflexão sobre a construção de uma sociedade equitativa, um desafio constante que exige a reflexão e a ação de todos os indivíduos e instituições, como destaca Paulo Freire (1987) em sua pedagogia crítica, que enfatiza a importância da

conscientização e da ação para a transformação social. Nesse contexto, o enfrentamento ao racismo se destaca como uma ferramenta fundamental para promover a igualdade e a justiça social, conforme argumenta Kabengele Munanga (2003), que enfatiza a necessidade de uma abordagem antirracista para combater as desigualdades raciais. Este capítulo busca explorar a importância do enfrentamento na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, discutindo seus princípios e implicações para a transformação social, à luz das contribuições de estudiosos como Sueli Carneiro (2017) e Abdias do Nascimento (1980), que têm trabalhado sobre a questão racial no Brasil. A análise de pesquisas em repositórios de teses e dissertações da Universidade Estadual Paulista, bem como a leitura de consagrados estudiosos, permitiu um aporte necessário sobre o tema.

Apresenta subdivisões que abordam a educação antirracista e de gênero no letramento, fundamental para promover a inclusão e a equidade nos processos de ensino-aprendizagem. Nesta seção, é discutido como a prática antirracista e de gênero pode ser incorporada na alfabetização/letramento, contribuindo para o desenvolvimento e formação integral da criança. Na seção “relações de racismo, sexismo e gênero na instituição educação”, reflete-se sobre problemas profundamente enraizados na sociedade, que afetam diversas instituições, incluindo a educação. Neste capítulo dois, é explorado ainda como essas questões se manifestam dentro das instituições educacionais, como elas impactam as experiências dos estudantes e como podemos combatê-las, além de políticas educacionais antirracistas e da importância da ação coletiva, fundamentais para promover a igualdade e a inclusão nas instituições educacionais. Nesse capítulo, exploramos como os docentes e profissionais podem trabalhar juntos para implementar políticas antirracistas e criar ambientes educacionais mais justos e equitativos.

O percurso metodológico será apresentado no capítulo três e apresentará a abordagem de pesquisa, a descrição da instituição escolar e dos participantes, as técnicas de coleta e registros de dados, o formulário aplicado, o panorama geral das ações realizadas e, por fim, a análise dos dados coletados.

Ao final da dissertação será demonstrado o Produto Educacional “Nossa Consciência Negra: Um Olhar Feminino – Explorando a História e a Cultura Afro-Brasileira”. A proposta de construção do produto técnico será realizada através da elaboração de um e-book, com atividades lúdicas como oficinas de leituras e contos, relatos, músicas, palestras e mostras culturais.

As considerações finais integram o estudo, indicando possíveis mudanças no cenário sociointerativo do ambiente escolar, a partir dos componentes ensináveis da educação antirracista.

1 UMA PRÁTICA ANTIRRACISTA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Constituição Federal de 1988 estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, refletindo o compromisso com o respeito e proteção dos direitos humanos. Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental na promoção da dignidade humana e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reforça essa ideia, destacando a importância da educação para o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No entanto, a realidade brasileira é marcada por profundas desigualdades e discriminações, que afetam especialmente os grupos historicamente marginalizados. É nesse contexto que o olhar antirracista se torna fundamental para definir e conceituar o racismo no Brasil, visando promover uma educação inclusiva e equitativa. Este estudo busca contribuir para essa reflexão, analisando a importância do olhar antirracista na educação brasileira e sua potencialidade para promover a dignidade humana e a justiça social.

A dignidade humana é um fundamento essencial da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que afirma: “A República Federativa do Brasil [...] constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos [...] a dignidade da pessoa humana [...]” (Brasil, 1988, art. 1º, III). Esse dispositivo constitucional destaca a importância da dignidade humana como fundamento da República, refletindo o compromisso com o respeito e proteção dos direitos humanos.

A ênfase na liberdade e solidariedade humana reflete os valores democráticos que fundamentam a educação brasileira, conforme estabelecido na LDB:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, art. 2º).

A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola é um princípio fundamental do ensino, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.
- XV – garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação (Brasil, 1996, art. 3º).

A educação é um direito humano fundamental e um bem público que constitui a base para o desenvolvimento humano, social e econômico, como afirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos: “A educação é um direito humano fundamental e um bem público que constitui a base para o desenvolvimento humano, social e econômico” (ONU, 1948, art. 26).

Após a análise dos preceitos legais da educação, um direito fundamental para todos, independentemente de sua raça, gênero, classe social ou qualquer outra característica, constata-se que a educação tradicional muitas vezes ignora as experiências e perspectivas de grupos marginalizados, perpetuando desigualdades e injustiças. “A escola precisa ser um espaço de combate ao racismo e de valorização da diversidade étnico-racial” (Munanga, 2005). Nesse sentido, a valorização da educação étnico-racial e de gênero na alfabetização é fundamental para promover a inclusão e a equidade.

De acordo com Bento (2012), a formação da identidade da criança acontece por meio da socialização e das relações estabelecidas com “o outro”, construindo sua autoimagem e autoconceito, concluindo que “[...] o estágio em que está o adulto, no que diz respeito a sua identidade racial e sua percepção sobre diferenças raciais, é elemento importante no cuidado com a criança” (Bento, 2012, p. 112).

A partir dessa visão, proporcionar discussão e análise crítica para mudança de postura, no terreno mais tenro e terno que é o período da alfabetização, ao vislumbrar a possibilidade de proporcionar uma formação crítica aos estudantes, de identidade e conexão com a realidade, justifica-se a partir da prática e observância em sala de aula e da sutil discriminação ou negação de si enquanto pertencente e descendente de distintas etnias e gênero. “A educação é um direito humano fundamental e deve ser acessível a todos, independentemente do gênero” (ONU, 1948, art. 26).

Uma educação voltada para as diversidades torna-se de extrema necessidade e deve fazer parte da reflexão do professor em seu cotidiano docente desde o início da escolarização da criança. De acordo com Abramowicz *et al.* (2006), é preciso incorporar o discurso da diferença não como desvio, mas como algo que enriquece as práticas pedagógicas e as relações entre as crianças, possibilitando, desde cedo, o enfrentamento de práticas de racismo, a construção de posturas mais abertas às diferenças e, conseqüentemente, a construção de uma sociedade mais plural (Abramowicz *et al.*, 2006).

A implementação de projetos que promovam a educação em direitos humanos e a prevenção do bullying escolar pode ser uma estratégia eficaz para combater o racismo e promover a inclusão social. Como destacado por Villela e Klein (2017), é fundamental abordar o racismo e o bullying escolar de forma integrada e holística, considerando a complexidade e a interconexão dessas questões. A percepção do bullying escolar é um importante indicador da necessidade de intervenção e ação para combater o racismo e promover a inclusão social.

Segundo Almeida (2019), o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo como a sociedade se organiza. Nesse sentido, a teoria antirracista é um campo de estudo que busca compreender e combater o racismo em todas as suas formas.

Transcorridos mais de 20 anos da promulgação da Lei nº 10.639/03, que trata da educação das relações étnico-raciais, ainda é notória a grande dificuldade dos estabelecimentos de ensino em implementá-la. Dificuldade esta que se reveste, muitas vezes, de desconhecimento, descaso, preconceito, racismo, discriminação e da tão propalada ideologia da democracia racial presente em nossa sociedade, a qual analisaremos frente à evolução da diversidade das relações étnico-raciais do povo brasileiro, formada a partir do caldeamento racial como ponto primordial pela abrangência populacional e territorial, à luz de pesquisadores e pensadores intelectuais.

Como Munanga (2019a) coloca em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem brasileira*, o tráfico humano dos africanos, chamado tráfico negreiro, tanto no mundo árabe quanto no ocidental, e as migrações de todos os tempos juntaram, em um mesmo território geográfico, descendentes de povos, etnias, culturas e línguas diversas, cujo resultado desse dado da história é um efeito perverso nas relações entre comunidades e pessoas. Frutos desse encontro histórico criam problemas que prejudicam a convivência pacífica entre os diversos e os diferentes. Entre esses problemas têm-se as práticas racistas, a xenofobia e todos os tipos de discriminações, notadamente religiosas, chamadas intolerâncias religiosas.

A mestiçagem é um conceito fundamental para entender a formação da identidade nacional brasileira, pois reflete a complexa interação entre diferentes grupos étnicos e culturais. “A cultura brasileira é um exemplo de como a mestiçagem pode resultar em uma rica diversidade cultural e racial” (Gilroy, 2001).

Segundo Schwarcz (1993), a abolição da escravatura em 1888 não significou o fim do racismo e preconceito no Brasil, mas sim o início de uma nova era de debates sobre a construção da identidade nacional. A historiografia aqui apresentada, de dados e datas que marcaram a condição atual de racismo e preconceito, inerentes ou não à escravização demarcada em sua maioria pelo fenótipo, se faz necessária e fundamental para a compreensão do estudo em questão, para que, chegando ao tempo atual, o pensar sobre a construção de uma nação e de uma identidade nacional — que passou a ser uma questão crucial para os pensadores brasileiros com o fim do sistema escravista, em 1888 — seja devidamente contextualizado.

Kabengele Munanga, em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (2019a), cita e descreve distintas ideias de intelectuais brasileiros. Munanga destaca o pensamento de nove autores: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquette-Pinto, Oliveira Viana e Gilberto Freyre. Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação. O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo. Todas as concepções estavam centradas na existência de uma raça superior e outra inferior.

Embora não se discuta sob o prisma raciologista, sobre a mestiçagem, é ele quem dará compreensão para a atualidade onde os pressupostos ideológicos dominaram sobre o que significaria ser ‘branco’, ser ‘negro’, ser ‘amarelo’ e ser ‘mestiço’ ou ‘homem de cor’? (Munanga, 2019a, p. 18).

E até hoje o senso comum admite ser o termo apenas para recobrir uma realidade biológica; no entanto, essas categorias cognitivas provêm da colonização, que nos leva a pensar nossa identidade sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico. Ao mesmo tempo popular e científico, o termo mestiçagem está saturado de ideologia. No conceito e na ambiguidade do que seria a mestiçagem, esta não pode ser vista apenas como fator genético; seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essa população e pelos comportamentos adotados em função dessas ideias.

Isabel Wilkerson (2021) argumenta que as castas, como sistema de hierarquização social, têm raízes profundas na história e contribuem para a perpetuação de desigualdades sociais. A autora destaca que o conceito de casta está intrinsecamente ligado à opressão e à exclusão de determinados grupos sociais, influenciando as estruturas sociais e econômicas de uma sociedade.

Essa perspectiva se conecta com a forma como a mestiçagem foi entendida em distintos países, onde a mistura racial foi condicionada por fatores visíveis, fenotípicos ou também por questões de distância cultural biologizada. Por isso, vê-se que, na América Latina, a “mistura” é mais detalhada; em contraste, nos Estados Unidos, a divisão racial obedece a padrões sociopolíticos e não biológicos, resultando em uma dicotomia entre “brancos” e “negros”, reforçada pela regra da hipodescendência, que atribui a filiação ao grupo inferiorizado, independentemente da ancestralidade real.

Nesse sentido, a cultura biologizada presente na América Latina e a regra da hipodescendência nos Estados Unidos ilustram como as estruturas de hierarquização social, como as castas, se manifestam de maneiras distintas, mas igualmente problemáticas, em diferentes contextos, perpetuando a opressão e a exclusão de determinados grupos sociais. E ainda, nessa perspectiva, como um subproduto da raça, temos a questão de gênero, em que a mulher negra foi duplamente oprimida no sistema escravagista.

Euclides da Cunha, que não considerava o Brasil como um povo, uma nação, por ser etnologicamente indefinido pela falta de tradições nacionais, discorre sobre sua não aceitação de que os sertanejos, citados em *Os Sertões* (2013), tivessem alguma influência do sangue e da cultura negra, pois tinha o negro como componente de uma raça inferior. Cunha defendia que o português, apesar de demonstrar que já era mestiço, não deixava de ser a raça superior, aristocrática. O próprio índio, segundo ele, não tinha a capacidade de se afeiçoar às mais simples concepções de um mundo mental superior. Quanto ao africano, não haveria esforços que conseguissem aproximá-lo sequer do nível intelectual do europeu. Segundo Edgar Roquette-Pinto, a falta de educação apropriada era vista como um obstáculo para o progresso do negro, e ele acreditava que, com educação adequada, seria possível alcançar grande progresso, assim como nos Estados Unidos.

A educação é um tema central na discussão sobre as desigualdades sociais e raciais no Brasil. Nesse contexto, é relevante considerar a perspectiva de um pensador que defendia a educação como solução para os problemas nacionais, independentemente da diversidade racial.

Como destaca o importante intelectual da época, Roquette-Pinto (1927) que, apesar do processo de branqueamento da população brasileira, o problema nacional não era a diversidade racial, mas sim a educação de todos, independentemente da cor da pele.

Segundo Viana, o Brasil caminhava para se tornar um país branco, devido à superioridade e fecundidade da raça branca, atribuindo esse fato à imigração europeia e ao fim do tráfico, sem considerar os fatores sociológicos que afetavam a população negra, indígena e mestiça.

A formação da nossa nacionalidade é resultado de uma contribuição significativa de índios e negros, que se misturaram intensamente com os arianos. Essa mistura racial é tão profunda que os brancos lutam para manter sua pureza étnica. Após algumas gerações, é raro encontrar descendentes de imigrantes arianos que não tenham alguma ascendência negra ou indígena.

Nesse trabalho de refinamento da raça, vemos o branco impor cada vez mais aos tipos mestiços os seus caracteres somáticos bem como os psicológicos. Contudo, os elementos bárbaros, ao se cruzarem com o branco, não perdem inteiramente os seus atributos raciais: certos caracteres há que se conservam, com mais ou menos persistência, nos tipos mestiços mais apurados (Viana, 1933, p. 236).

A formação da identidade nacional brasileira é marcada por uma mistura racial complexa. Embora as regiões Sul, Centro e Norte tenham dinâmicas de miscigenação distintas — com o Sul apresentando uma predominância de cruzamentos entre caucasianos e os demais entre as três raças —, o resultado é um país tendente à mestiçagem. No Norte e Nordeste, por exemplo, a presença indígena e africana é mais marcante, resultado da colonização e da escravidão. Essa diversidade regional se reflete na forma como a cor é percebida e significada em cada região. No Nordeste, a categoria “moreno” é mais comum e pode abranger uma ampla gama de tons de pele, enquanto, no Sul, a distinção entre “branco” e “negro” é mais rígida. A persistência de um forte preconceito racial no Brasil pode ser atribuída à influência de ideologias raciais que defendem a superioridade branca, como as teorias propostas por alguns sociólogos, incluindo Oliveira Viana.

Pois bem: neste povo tão mesclado, é ainda grande o preconceito da mestiçagem. Os mestiços arianizados, já favorecidos por dosagens altas de sangue caucásico, evitam passar por tais — e inscrevem-se bravamente na classe dos brancos, dissimulando-se na roupagem eufemística dos “morenos”. Na classe dos mestiços só ficam realmente os pardos e caboclos característicos; ainda assim, quando fazem parte da plebe (Viana, 1933, p. 230).

Essas ideologias contribuíram para a construção de uma hierarquia racial que privilegia a branquitude e marginaliza as populações negras e indígenas. É importante reconhecer essas diferenças regionais e como elas impactam a experiência racial no Brasil,

para melhor entender as complexidades da identidade nacional brasileira e trabalhar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

O livro *Raça e Assimilação*, de Oliveira Viana, publicado em 1938, apresenta uma visão sobre a relação entre raça e civilização no Brasil. Nessa obra, Viana discute a importância da miscigenação e da assimilação para o desenvolvimento do país. Uma das passagens mais interessantes do livro é a seguinte:

Não sei se o negro é realmente inferior, se é igual ou mesmo superior às outras raças; mas, julgando pelo que os testemunhos do presente e do passado demonstram a conclusão a tirar é que, até agora, a civilização tem sido apanágio de outras raças que não a raça negra; e que, para que os negros possam exercer um papel civilizador qualquer, faz-se preciso que eles se caldeiem com outras raças, especialmente com as raças arianas ou semitas. Isto é: que percam a sua pureza (Viana, 1938, p. 285).

Segundo Oracy Nogueira (1985), o racismo de “marca” no Brasil pode ser explicado pela distinção entre o tipo puro (genótipo) e o tipo aparente (fenótipo), sugerindo que tanto os indivíduos brancos puros quanto aqueles que aparentam ser brancos podem ser tratados de forma semelhante.

Considerando os processos históricos até 1930, é possível observar a influência de teorias e estudos de pensadores brasileiros. Oliveira Viana e Euclides da Cunha, por exemplo, compartilhavam ideias sobre a superioridade do mameluco em relação aos mulatos. Em contrapartida, Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues apresentavam perspectivas divergentes, com foco em conceitos de branqueamento e enegrecimento, respectivamente.

Nesse contexto, Oliveira Viana (1938) destaca-se por sua argumentação de que, devido à intensa miscigenação, o “problema negro” não teria espaço para se manifestar no país. Segundo ele, o processo de mistura racial teria diluído a importância numérica do elemento negro na população. Além disso, Viana menciona que o amor e as relações interpessoais desempenham um papel importante na resolução de possíveis tensões raciais, promovendo a integração entre diferentes grupos.

Essa visão reflete uma perspectiva idealizada da miscigenação como um fator de harmonia social, que pode ser vista como uma tentativa de dirimir as questões raciais existentes nos Estados Unidos. No entanto, é importante considerar as limitações e complexidades dessa visão, bem como as implicações históricas e sociais da miscigenação no Brasil.

A elite intelectual brasileira tinha consciência de que a miscigenação poderia ser uma estratégia para evitar conflitos raciais, como os observados em outros países. Ao mesmo

tempo, a ideologia de branqueamento contribuiria para alienar os descendentes mestiços e garantir a hegemonia do segmento branco no comando do país. A partir da década de 1930, essa perspectiva se intensificou, com esforços para promover o desenvolvimento social e político do Brasil.

Gilberto Freyre (2023), em sua obra seminal *Casa Grande & Senzala* (1933), desempenhou um papel fundamental na reconfiguração da discussão sobre a identidade brasileira. Ao deslocar o foco da raça para a cultura, Freyre ofereceu uma perspectiva inovadora sobre a formação da sociedade brasileira. Sua análise destacou as contribuições positivas de negros, índios e mestiços para a cultura brasileira, contrastando com visões predominantes na época que viam a mestiçagem como um fator de degeneração.

A literatura especializada sobre identidade e relações interétnicas no Brasil frequentemente destaca a ideia de que o país é uma democracia racial exemplar, graças à miscigenação e à diversidade cromática de sua população. No entanto, essa perspectiva pode ser questionada, pois confunde dois processos distintos: a miscigenação biológica e a democratização sociopolítica. A miscigenação é um fenômeno universal que ocorre em todo o mundo, e não há mais raças ou etnias puras. A antropologia demonstra que a miscigenação é um processo milenar, presente em todas as partes do mundo. Portanto, o fato de os portugueses terem estabelecido contato e intercâmbio sexual com as raças das suas colônias não significa necessariamente que houve democratização social.

Segundo Clóvis Moura, em sua obra *Sociologia do Negro Brasileiro*, “... estabeleceu-se uma ponte ideológica entre miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico), tentando-se, com isto, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes. Todos nós sabemos que a miscigenação é um fenômeno universal, não havendo mais raças ou etnias puras no mundo...” (Moura, 1968, p. 61).

A democracia racial é um conceito que pode obscurecer as desigualdades raciais e sociais no Brasil, tornando difícil identificar e combater o racismo institucionalizado, como destacou Munanga (2005).

A luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil é uma questão histórica e complexa, que tem sido enfrentada por diversas gerações do Movimento Negro. Desde a rearticulação do movimento em 1945, com a bandeira da gratuidade do ensino para todos e a criminalização do preconceito de cor e raça, até os dias atuais, o Movimento Negro tem sido fundamental para os avanços na construção de relações de igualdade racial no país.

Nesse contexto, é importante destacar a importância da luta incansável do Movimento Negro para alcançar a dignidade e a igualdade para a população negra. Como destaca Freitas:

No final da década de 1970 a figura de Zumbi dos Palmares é resgatada, e após o episódio de quatro negros atletas terem sido proibidos de entrar no Clube Tietê de São Paulo, renasce o Movimento Negro Unificado (MNU) contra a discriminação racial, impulsionado também pela morte de Robson Silveira da Luz, operário negro torturado pela ditadura militar. Por fim, é a incansável luta do Movimento Negro que possibilita os avanços na construção das relações de igualdade racial, luta essa que não pode parar até que esse povo alcance sua dignidade (Freitas, 2018, p. 28).

Essa noção de democracia racial no Brasil, que sugere uma convivência harmoniosa entre diferentes camadas sociais e grupos étnicos, acabou por obscurecer as desigualdades e exclusões sociais. Essa ideia permitiu que as elites brasileiras disfarçassem os conflitos raciais e as disparidades sociais, sob o argumento de que todos são iguais por serem brasileiros. No entanto, essa perspectiva afastou a possibilidade de reconhecer e valorizar as características culturais específicas de cada grupo, o que poderia ter contribuído para a construção de uma identidade própria e autêntica.

A ideia do mulato como um caminho para o branqueamento contribuiu para o enfraquecimento dos sentimentos de solidariedade no processo de identificação e identidade coletiva, assim como também para o negro puro, que caiu em uma armadilha, renunciando à formação de sua identidade.

A miscigenação é um tema complexo e multifacetado na sociedade brasileira, e alguns autores têm abordado essa questão de maneira crítica. Como destaca Eduardo de Oliveira e Oliveira: “Havendo lugar para o mulato, não parece haver necessidade de ajuda para os negros como grupo. A história e a profunda virulência do racismo norte-americano soldaram os negros em uma força racial efetiva, enquanto a ambiguidade da linha cor/classe no Brasil deixou os negros sem coesão ou líderes” (Oliveira e Oliveira, 1974, p. 66).

A formação da identidade brasileira foi marcada por processos complexos de mestiçagem e branqueamento, que refletiram as dinâmicas sociais e culturais do país. Nesse contexto, é possível entender como esses processos foram construídos e negociados ao longo da história. Como destaca Giralda Seyferth, “[...] a mestiçagem e o branqueamento foram processos historicamente construídos e negociados por indivíduos e grupos sociais no Brasil” (Seyferth, 2002, p. 140).

Em seu livro *O quilombismo* (1980), Nascimento critica a ideia de que a literatura brasileira tenha sido capaz de superar a questão racial e destaca como a negação da condição de negro é uma característica da experiência brasileira.

Em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (2019a), Munanga discute como a ideia de mestiçagem foi usada para mascarar as desigualdades raciais no Brasil e destaca como a negação da condição de negro é uma estratégia de sobrevivência para muitos afro-brasileiros. A história da literatura brasileira exemplifica a negação da condição de negro em alguns casos de ascensão individual de escritores que seguiram modelos literários europeus. Alguns exemplos incluem:

- Raimundo Sousa Dantas (1923-2002): diplomata e escritor brasileiro que se destacou por sua carreira diplomática;
- Domingos Caldas Barbosa (1738-1800): poeta brasileiro que se inspirou em modelos literários europeus;
- Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814): poeta luso-brasileiro que representou a poesia lírica brasileira da segunda metade do século XVIII.

A literatura brasileira é um reflexo da complexidade da sociedade brasileira, com uma rica diversidade de vozes e perspectivas. Entre os muitos escritores que contribuíram para essa riqueza literária, destacam-se Gregório de Matos, João da Cruz e Sousa e Machado de Assis, três figuras fundamentais da literatura brasileira que, apesar de suas diferenças, compartilham uma experiência comum de serem negros ou mulatos em uma sociedade marcada pela miscigenação e pelas tensões raciais. Neste trabalho, vamos explorar como esses autores abordaram o tema da miscigenação em suas obras, considerando suas contribuições únicas para a literatura brasileira.

Gregório de Matos (1633-1696), poeta brasileiro do século XVII, é conhecido por suas obras satíricas e líricas que oferecem uma visão crítica da sociedade da época. Embora não haja evidências claras de que tenha abordado o tema da miscigenação de forma explícita em suas obras, suas críticas sociais sugerem que ele estava ciente das complexidades da sociedade brasileira. Como um dos primeiros poetas brasileiros de origem africana, sua obra reflete a complexidade da experiência negra no Brasil colonial.

Já João da Cruz e Sousa (1861-1898), poeta simbolista do século XIX, se destacou por suas obras que exploram temas como a identidade negra e a condição humana. Sua poesia é marcada por uma profunda reflexão sobre a experiência negra no Brasil, e é possível que ele tenha visto a miscigenação como uma forma de complexidade cultural e

social. Como um dos principais representantes do movimento simbolista no Brasil, Cruz e Sousa trouxe uma perspectiva única sobre a experiência negra e a miscigenação.

Machado de Assis (1839-1908), por sua vez, é considerado um dos maiores nomes da literatura brasileira, conhecido por suas obras que exploram temas como a condição humana, a sociedade e a política. Embora não tenha abordado explicitamente o tema da miscigenação em suas obras, sua literatura oferece uma visão crítica da sociedade brasileira da época, que era marcada pela miscigenação e pelas tensões raciais. Como um mulato que alcançou grande sucesso literário em uma sociedade marcada pela discriminação racial, Machado de Assis traz uma perspectiva complexa sobre a experiência negra e a miscigenação no Brasil.

Ao analisar as obras desses três autores, podemos entender melhor como a miscigenação foi abordada na literatura brasileira e como esses escritores contribuíram para a complexidade e a riqueza da literatura nacional.

No contexto da formação da identidade brasileira, a questão da miscigenação foi um tema amplamente debatido e controverso. Muitos teóricos da época acreditavam que a mistura racial era um obstáculo para o desenvolvimento do país. Como destacam Silva e Pereira:

A ‘mistura racial’ era considerada um atraso para a nação de que modo que muitos teóricos afirmavam que o declínio e retardamento do país eram devido a esse fato. Assim, acreditava-se que o branqueamento da população seria necessário para se alcançar o desenvolvimento do país, sendo a inferioridade do negro um grave obstáculo a esse desenvolvimento (Silva; Pereira, 2013, p. 3).

Essa visão sobre a miscigenação e o branqueamento da população reflete a complexidade e a contradição da sociedade brasileira da época, que buscava se modernizar e se desenvolver, mas, ao mesmo tempo, perpetuava a discriminação e a exclusão de grupos sociais marginalizados.

A raça como marca assumiu papel de pouca importância, em contraste com a importância assumida pela classe, o que levou à ideia de que o negro poderia mudar de raça ou identificação racial com base em sua posição econômica. No entanto, Oracy Nogueira (1985) destaca que essa ideia é mais complexa e que os ditos populares que a expressam são frequentemente irônicos, sugerindo que o dinheiro pode comprar privilégios, mas não necessariamente eliminar a discriminação racial.

Thales de Azevedo, em sua obra *Democracia Racial: Ideologia e Realidade* (1975), destaca o papel da imprensa negra na década de 1930, que fez denúncias de práticas discriminatórias em áreas como trabalho e lazer, por meio de jornais como *O Clarão* e

Alvorada. Esse movimento contribuiu para o surgimento da Frente Negra, considerada um marco importante na luta contra a discriminação racial no Brasil após a abolição da escravatura.

No contexto da luta contra a discriminação racial no Brasil, um dos marcos importantes foi a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931. Esse movimento negro pioneiro buscou organizar politicamente a população negra, combatendo a discriminação e promovendo a igualdade de direitos (Borges, 2011). Com essa iniciativa, a Frente Negra Brasileira contribuiu significativamente para a visibilidade e a mobilização da comunidade negra no país. De acordo com Domingues (2013), a Frente Negra Brasileira foi fundada em 1931, em São Paulo, como uma organização política e social para defender os direitos da população negra. Após se transformar em partido político em 1936, foi interrompida pela ditadura de Getúlio Vargas, em 1937. Posteriormente, outros movimentos negros surgiram no Brasil, muitos deles focados em redefinir a imagem do negro no país e alinhados com a ideologia da “democracia racial”. A ideia de que a educação e a assimilação do modelo branco seriam fundamentais para a integração social de grupos minoritários é um tema recorrente.

A realidade discriminatória e preconceituosa no Brasil é frequentemente ocultada por discursos que proclamam a existência de uma democracia racial. No entanto, as autoridades muitas vezes praticam a discriminação, contradizendo seus próprios pronunciamentos. Um exemplo disso pode ser encontrado em um documento de 1969, citado por Abdias do Nascimento, que destaca a discrepância entre o discurso oficial e a prática discriminatória:

O Globo, Rio, 12h26min: ‘Portela vai à imprensa a serviço da discriminação racial para conturbar’ — Publicando telegrama procedente de Brasília, o jornal informa que o General Jaime Portela, em exposição de motivos ao Presidente da República, sugerindo a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, datada de 10-2-69, refere-se às conclusões do Conselho de Segurança Nacional sobre ações subversivas e afirma: ‘No contexto das atividades desenvolvidas pelos esquerdistas, ressaltamos os seguintes (item 4) — Campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando criar novas áreas de atritos e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas’ (Moura, 1968, p. 100).

Nesse sentido, Alba e Nee (2003) propõem uma reconceituação da assimilação, considerando as mudanças culturais e sociais que ocorrem nos grupos minoritários ao se integrarem à sociedade dominante. Essa perspectiva sugere que a assimilação não é apenas uma via de mão única, mas sim um processo complexo que envolve trocas culturais e sociais.

A construção de ideologias que afirmam a inferioridade do negro e negam a discriminação racial é um obstáculo significativo para a conquista da igualdade racial. Dois exemplos importantes dessas ideologias são a ideologia de dominação racial e o mito da democracia racial. Esses mecanismos sustentam a dominação e a hegemonia de um grupo sobre o outro, criando uma imagem estereotipada do negro como um indivíduo pertencente a uma “raça inferior”. Conforme destacado por Abdias do Nascimento (1980), a negação da discriminação e do racismo é uma barreira para a conquista da igualdade racial, que é frequentemente proclamada como um ideal.

As teses de inferioridade dos negros serviram às camadas dominantes como mecanismos para a manutenção de sua dominação. E foi justamente essa doutrina da inferioridade do negro o que fez com que, até hoje, a desigualdade racial seja negada, camuflada e percebida como algo natural (Ianni, 2004 *apud* Rocha, 2006). Segundo Gonçalves, e Gonçalves e Silva (2000), séculos de escravidão deformaram a imagem do negro, afetando profundamente sua imagem perante a sociedade e sua própria autoimagem.

O filósofo e psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008), que analisou a relação entre a colonização e a identidade africana, traz uma discussão muito importante a respeito do racismo, mostrando como ele pode estar presente em diversos momentos e situações.

A discriminação racial é um fenômeno complexo que envolve o menosprezo e a exclusão de indivíduos ou grupos com base na sua cor ou raça. Segundo Abdias do Nascimento (1980), a discriminação racial é uma forma de opressão que afeta profundamente a identidade e a autoestima das pessoas negras, levando-as a internalizar a ideologia da branquitude e a se afastarem de suas raízes culturais.

A linguagem e as expressões utilizadas para se dirigir às pessoas negras, como “negrinhas”, são exemplos de como a discriminação racial pode se manifestar de forma sutil, mas perversa, reforçando a ideia de que as pessoas negras são inferiores ou menos capazes.

A luta contra a discriminação racial, como propõe Abdias do Nascimento (1980), envolve a promoção da igualdade racial e a valorização da identidade negra, através de uma abordagem quilombista que busca resgatar a história e a cultura africana e afro-brasileira.

Segundo Alain Touraine (1997), a associação da democracia política com a diversidade cultural baseada na liberdade do sujeito é fundamental. Isso nos leva a questionar se o medo é das diferenças em si ou das semelhanças ocultas por trás delas, destacando a relação dialógica entre o ego e o alter. A solução parece simples, mas há dificuldade em se construir a diversidade, colocar igualdades e diferenças como complementares e não como antagônicas.

A questão do reconhecimento das diferenças e identidades é fundamental em países com diásporas, como o Brasil, que foi palco de um dos capítulos mais terríveis da história humana. Segundo Munanga (2015), o Brasil recebeu um grande número de africanos escravizados durante o período colonial, o que contribuiu para a formação de uma sociedade complexa e desigual. No entanto, é crucial entender que reconhecer as diferenças não é suficiente para eliminar as desigualdades. As diferenças são frequentemente utilizadas para legitimar e perpetuar as desigualdades, como destaca Bourdieu (2001), que afirma que as diferenças são a base para justificar as hierarquias sociais e as desigualdades.

Nesse sentido, Kabengele Munanga (2019a) destaca a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e racial, especialmente em países com diásporas africanas, como o Brasil, para promover a justiça social e os direitos coletivos.

O Papel do Movimento Negro na Democratização da Sociedade Brasileira

A luta pela igualdade racial no Brasil tem uma longa história. Nos anos 1970 e 1980, estudos sobre mobilidade social revelaram as profundas desigualdades entre brancos e negros, desafiando a ideia de que o país era uma democracia racial.

O Movimento Negro conquistou um espaço significativo no cenário político brasileiro ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e questionar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais. Ao fazer isso, o movimento ressignifica a ideia de raça, atribuindo-lhe um sentido emancipatório e não inferiorizante. Nesse contexto, o Movimento Negro politiza a raça, entendendo-a como uma ferramenta de emancipação e não como uma forma de regulação conservadora. Isso significa que a raça é vista como um fator de identidade e mobilização, capaz de promover a conscientização e a ação coletiva em prol da igualdade racial.

Ao explicitar como a raça opera na construção de identidades étnico-raciais, o Movimento Negro busca promover a valorização da identidade negra e combater o racismo e a discriminação. Dessa forma, a raça é ressignificada como uma potência de emancipação, capaz de inspirar a luta por direitos e justiça social.

Gomes (2017, p. 22) destaca que, para o Movimento Negro, a “raça” e a identidade étnico-racial são utilizadas como elemento de mobilização e mediação das reivindicações políticas.

Esses estudos inspiraram o deputado Abdias Nascimento a apresentar um projeto de lei em 1983, propondo medidas de compensação para afro-brasileiros, como reserva de vagas no serviço público e inclusão da história das civilizações africanas nos currículos

escolares. Embora o projeto não tenha sido aprovado, ele contribuiu para a criação de políticas públicas futuras. A Constituição de 1988 foi um marco importante, definindo o racismo como crime imprescritível e garantindo direitos à população negra e indígena. A criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, também foi um passo significativo.

Nos anos 1990 e 2000, a desigualdade racial ganhou visibilidade no debate público, graças à pressão de organizações e lideranças negras e antirracistas. O governo federal começou a adotar um discurso antirracista e a implementar políticas públicas, como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996.

Nesse contexto, a Lei 10.639/03 foi um avanço importante, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Essa lei foi um resultado da luta contínua pela igualdade racial e da pressão de movimentos sociais e organizações negras. A lei obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares de todos os níveis de ensino. Além disso, “a implementação da Lei 10.639/03 e as políticas de cotas representam avanços significativos na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial no Brasil” (Brasil, 2003).

Antes da referida lei, o que existia de orientação neste sentido na LDB era apenas que o “ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Brasil, 1996, art. 26, § 4º).

Segundo Santos (2005), a globalização neoliberal promove a homogeneização, enquanto a preservação da diversidade é fundamental para a humanidade. Outro importante passo foi a política de cotas nas universidades públicas e nos concursos públicos de nível superior. A política de cotas nas universidades públicas e nos concursos públicos de nível superior é uma medida importante para promover a igualdade racial e aumentar a representatividade de grupos sub-representados (Brasil, 2012).

Gomes (2001) discute as políticas de ação afirmativa e sua importância para a promoção da igualdade racial em sua obra *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*, destacando a necessidade de medidas específicas para combater a discriminação racial e promover a inclusão de grupos sub-representados. Como resultado, houve uma maior aceitação social da necessidade de políticas públicas para combater o racismo e as desigualdades raciais, o que influenciou a decisão do STF de julgar constitucional o princípio das ações afirmativas em 2012 e a aprovação da Lei 12.711, que estabelece a reserva de vagas para negros e outras categorias sociais nas universidades federais (Brasil, 2012).

A Lei de Cotas, implementada em universidades federais, visa garantir o acesso da população negra a esses espaços, historicamente pouco representada pela comunidade negra.

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro tem sido marcado por uma suposta polarização, intensificada pelas disputas eleitorais e preconceitos arraigados. O ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores contribuíram para essa polarização, especialmente em relação às questões raciais. Durante seu mandato, Bolsonaro prejudicou as questões raciais, foi contra os negros de várias maneiras, incluindo a deslegitimação das políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais. Essas políticas foram fundamentais para aumentar a inclusão da população negra nas universidades e no serviço público. Como destaca Magalhães (2018), “As cotas raciais são uma medida necessária para superar as barreiras que impedem a ascensão social da população negra”.

Além disso, o governo Bolsonaro demonstrou desinteresse em fortalecer as políticas de igualdade racial, colocando em risco os avanços conquistados ao longo dos últimos 20 anos. A argumentação contra as cotas baseava-se em ideias de meritocracia e na visão de que a implementação dessas políticas era um retrocesso. No entanto, essa visão desconsidera o fato de que as desigualdades raciais estruturais persistem e exigem medidas compensatórias e afirmativas. Como afirma Guimarães (1999), na contracapa de seu livro *Racismo e anti-racismo no Brasil*, “A igualdade racial não pode ser alcançada apenas com a abolição da discriminação, mas requer ações afirmativas que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades”.

A política de cotas raciais é uma medida afirmativa que visa corrigir as desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra no Brasil. É uma forma de reconhecer e reparar os danos causados pelo racismo e pela escravidão e de promover a igualdade de oportunidades para todos, conforme destaca Almeida (2019).

A questão racial no Brasil é marcada por profundas desigualdades e violações de direitos humanos, especialmente quando se trata da relação entre a população negra e as forças de segurança pública. Nesse contexto, a violência policial contra a população negra no Brasil é um problema grave e persistente. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “a letalidade policial é um dos principais fatores de morte de jovens negros no país” (FBSP, 2020).

De acordo com o relatório “Atlas da Violência 2020”, da FGV (2020), a taxa de homicídios de negros é 2,5 vezes maior do que a de brancos no Brasil. E, segundo o mesmo relatório, a polícia é responsável por 75% dos homicídios de negros no Brasil.

A atuação da polícia brasileira tem sido objeto de críticas e debates acalorados nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à violência e letalidade contra determinados grupos sociais. Nesse sentido, é importante destacar a opinião de Marcelo Freixo, um dos principais críticos da violência policial no Brasil: “A polícia brasileira é uma das mais letais do mundo, e a maioria das vítimas é negra” (Freixo, 2020). Como deputado federal e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias em 2008, Marcelo Freixo tem sido um crítico ativo da violência policial e de suas consequências para a população negra no Brasil.

A demonização das religiões de matrizes africanas é mais um reflexo do preconceito contra o povo negro no Brasil. Isso ocorre porque, historicamente, essas religiões foram marginalizadas e associadas a práticas negativas, perpetuando estereótipos e discriminação. Além disso, discursos políticos, como os do ex-presidente Jair Bolsonaro, contribuíram para a estigmatização dessas práticas religiosas. Portanto, é fundamental reconhecer que a intolerância religiosa é uma forma de racismo institucional que perpetua a discriminação contra a população negra e suas práticas culturais. Dessa forma, é importante promover a conscientização e o respeito às religiões de matrizes africanas para combater o preconceito e a discriminação.

Carneiro (2017) destaca que a demonização das religiões de matriz africana é um exemplo de como o racismo e o preconceito podem se manifestar de forma sutil, mas devastadora. Para Guran (2018), o preconceito contra as religiões de matriz africana é um reflexo da história de opressão e escravidão que os africanos sofreram no Brasil, perpetuando estereótipos e discriminação. Já para Macedo (2006), a alfabetização crítica é fundamental para que os indivíduos possam ler o mundo e entender as relações de poder e desigualdade que o estruturam, o que é essencial para uma educação que valoriza a diversidade e promove a inclusão. Assim, oferecer uma formação adequada e que tenha a ciência como base é fundamental. Os estudantes não podem ter uma formação rasa nas escolas; precisam de aprofundamento teórico-metodológico para formarem-se cidadãos políticos e críticos, além de atuantes na sociedade.

Saviani (2021) aponta que o currículo escolar deve estar voltado para a transmissão dos conhecimentos históricos relevantes, para capacitar os estudantes na compreensão do mundo — logo, interpretá-lo — e na possibilidade de transformá-lo. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire destaca a importância da educação como ferramenta de libertação e conscientização: “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68).

Ao analisar o percurso histórico da educação no Brasil, fica claro que o racismo e a discriminação tiveram um impacto profundo na população negra. No entanto, é possível aprender com o passado e construir um futuro mais justo e igualitário. A prática antirracista é fundamental para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação. É necessário que sejam implementadas ações concretas para promover o olhar antirracista, como a criação de programas de formação de professores e a inclusão de temas antirracistas nos currículos escolares. Além disso, é importante que sejam valorizadas as culturas e histórias das comunidades negras e que sejam promovidas atividades que incentivem a reflexão crítica sobre o racismo e a discriminação. Com essas ações, podemos construir uma educação mais inclusiva e antirracista, que valorize a diversidade cultural e promova a igualdade de oportunidades para todos.

2 A IMPORTÂNCIA DO ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE EQUITATIVA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO.

Em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso reconheceu oficialmente o racismo como um problema estrutural do país, lançando o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Nesse período, também houve uma aproximação crescente entre militantes antirracistas e o Estado, com a criação de conselhos e secretarias para combater o racismo.

A participação do Brasil na Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, em 2001, foi um marco importante na internacionalização das pautas antirracistas no país. A conferência ajudou a dar visibilidade às propostas de ações afirmativas, que até então não eram amplamente discutidas no debate racial brasileiro.

A influência do olhar do outro é fundamental na formação da identidade, especialmente em contextos de relações raciais. O modo como as pessoas negras são vistas e categorizadas pode impactar diretamente sua autoimagem e percepção de si mesmas, uma vez que internalizam essas percepções externas.

O olhar do outro não é apenas um ato de ver, mas um ato de definir, de categorizar, de atribuir significados e valores. Para as pessoas negras, esse olhar pode ser especialmente problemático, pois muitas vezes é carregado de estereótipos e preconceitos (Fanon, 2008, p. 89).

A promoção da igualdade racial é um desafio que exige uma abordagem consciente e comprometida. Como destaca Nilma Lino Gomes, “O olhar antirracista é fundamental para reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial, promovendo a inclusão e a equidade em todos os espaços sociais” (Gomes, 2017, p. 56). Nesse sentido, o antirracismo não pode ser visto como uma mera teoria, mas sim como uma prática diária que visa desconstruir as estruturas que mantêm a desigualdade racial, como afirma Rodrigues (2018). Para que essa prática se efetive, é fundamental que os educadores estejam preparados para lidar com as diferenças em sala de aula, criando um ambiente inclusivo e respeitoso que valorize a diversidade étnico-racial dos alunos. Isso pode ser alcançado por meio de estratégias pedagógicas que abordem as questões raciais de forma crítica e reflexiva, permitindo que os alunos expressem suas experiências e perspectivas. É com base nessa perspectiva que pretendemos explorar os fundamentos teóricos e práticos do enfrentamento ao racismo, buscando compreender como podemos promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

O período escravagista foi marcado pela forma animalizada e coisificada como o africano escravizado era tratado, uma estratégia que resultou na construção de uma imagem

desumanizada do negro. Outra herança do período escravocrata é o conjunto de atributos destinados à pessoa negra, que permanece vivo e atuante no imaginário social do brasileiro. A exclusão das pessoas negras do processo produtivo durante o período republicano, bem como a criação de teorias racistas, a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, promoveram uma situação na qual foram reforçados preconceitos e estereótipos que legitimam e reproduzem o racismo até os dias atuais.

Nelson Rodrigues, um dos mais importantes escritores brasileiros do século XX, abordou temas sociais e políticos em suas obras de forma crítica e reflexiva. Em seu livro *A Vida como Ela É...*, publicado em 1957, Rodrigues apresenta uma visão contundente sobre o racismo no Brasil. No capítulo “O Negro no Futebol”, ele destaca a hipocrisia da sociedade brasileira em relação ao tratamento dispensado aos negros. Como ele mesmo afirma:

Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite (Rodrigues, 1957, p. 123-124)

O racismo no Brasil é frequentemente tratado como um problema individual, e não como uma questão estrutural, o que dificulta a implementação de políticas eficazes para combatê-lo (Guimarães, 2002). A discussão sobre raça no Brasil, segundo Guimarães (1999, p. 12), refere-se a um conceito político e social, e não a um objeto natural ou biológico. Ele está associado à criação e reprodução de uma ordem social e é fundamental para a análise sociológica da opressão racial.

A discussão é frequentemente evitada, pois não é considerada um tema apropriado para conversas sociais. No entanto, o racismo é um problema complexo e multifacetado que persiste no país. Embora haja leis antidiscriminatórias e políticas de convivência social, o racismo parece ter mudado apenas em sua forma de expressão, mantendo-se presente.

A complexidade do racismo no Brasil é um tema que merece atenção. Kabengele Munanga (2019b) destaca que o racismo no Brasil é um fenômeno complexo, muitas vezes mascarado por uma ideologia de democracia racial que nega a existência de discriminação racial no país. Isso nos leva a refletir sobre como a sociedade brasileira lida com a questão racial e como podemos trabalhar para superar essas barreiras.

A conscientização sobre o racismo como crime inafiançável e a pressão social para evitar demonstrações explícitas de preconceito racial levam a uma aparência de tolerância. No entanto, essa postura pode mascarar formas mais sutis e disfarçadas de discriminação contra negros e seus descendentes (Lima; Vala, 2004). “A educação antirracista não pode se limitar a abordar apenas a experiência negra, mas também precisa questionar e transformar a

branquitude, reconhecendo seu papel histórico e atual na perpetuação das desigualdades raciais” (Schucman, 2014, p. 123).

Segundo Eliane Cavalleiro (2005), a valorização da diversidade étnico-racial e de gênero na educação é fundamental para criar ambientes de aprendizado inclusivos e equitativos. A educação é um ato político, bem como uma prática política e educativa, visto a sua subordinação real da educação à política. Como afirma Angela Davis ([1981], 2016), “numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”.

A discussão sobre o racismo no Brasil é complexa e multifacetada e envolve questões históricas, sociais e políticas. A herança do período escravocrata e a ideologia do branqueamento contribuíram para a construção de uma imagem desumanizada do negro e para a perpetuação de preconceitos e estereótipos. A educação antirracista é fundamental para criar ambientes de aprendizado inclusivos e equitativos e deve questionar e transformar a branquitude, reconhecendo seu papel histórico e atual na perpetuação das desigualdades raciais.

Alfabetização Crítica e Plural: Uma Perspectiva para a Educação Antirracista e de Gênero

A educação ultrapassa a promoção de conhecimento: precisa promover a mudança da natureza da criança. A teoria de Vigotsky destaca a importância da interação social e da linguagem no processo de aprendizagem. Segundo Vigotsky (2007, p. 12), “a aprendizagem é um processo que ocorre através da interação social e da linguagem”. Nesse sentido, a alfabetização pode ser vista como um processo de apropriação da linguagem escrita, mediado pela interação social e pela cultura.

A alfabetização plural² reconhece a diversidade de práticas de leitura e escrita presentes nas diferentes culturas e comunidades. Como afirma Mortatti (2010, p. 58), “a alfabetização plural busca valorizar e incluir as experiências e saberes dos alunos, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa”. Essa abordagem é fundamental para promover a inclusão e a equidade nos processos de ensino-aprendizagem. “A alfabetização é um processo fundamental para a construção da identidade e da conscientização crítica” (Freire, 1987, p. 20).

² A alfabetização plural é aqui entendida e tratada como uma abordagem que reconhece a diversidade de linguagens, culturas e identidades presentes na sociedade, e busca promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de sua raça, gênero, classe social, orientação sexual, etc. (Freire, 1987; Hooks, 2017; Giroux, 1997).

Segundo Freire (1987), “a educação é um ato político”. A alfabetização plural implica reconhecer a diversidade cultural e social dos estudantes e buscar promover a inclusão e a igualdade de oportunidades.

A implementação da educação antirracista é fundamental para promover a igualdade e a justiça social. Segundo Paulo Freire, a educação pode ser um poderoso instrumento de transformação social, desde que orientada para a conscientização crítica e a ação política. Nesse sentido, a educação antirracista busca dismantelar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade racial e promover a inclusão e a equidade em todos os espaços sociais.

A educação antirracista desempenha um papel crucial na luta contra preconceitos e estereótipos transmitidos de geração em geração. Ao promover uma compreensão mais profunda das questões raciais e incentivar a reflexão crítica, pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a educação é vista como um ato político que tem o poder de transformar a realidade e promover a justiça social, como destaca a educadora e ativista bell hooks (2017).

A exposição prolongada à desvalorização pode gerar impactos psicológicos severos, como dor, angústia e alienação. Diante disso, torna-se crucial intensificar políticas públicas que visem superar o impacto psicológico histórico sofrido pela população negra, promovendo reparo e valorização.

A luta pela igualdade e justiça social tem sido um marco importante na história de diversos grupos sociais. No contexto da luta dos afrodescendentes, por exemplo, observamos que as demandas iam além da simples sobrevivência. Como destaca Angela Davis, “essas pessoas sabiam exatamente o que queriam: mulheres e homens almejavam possuir terras, ansiavam votar e estavam dominados pelo desejo por escolas” (Davis, 2016, p. 107-108), revelando que a busca por direitos básicos e oportunidades era uma prioridade para esses grupos.

Essa afirmação permite vislumbrar a complexidade das necessidades e desejos dessas pessoas, que buscavam não apenas a liberdade, mas também a oportunidade de construir uma vida digna e com perspectivas de futuro.

A dificuldade enfrentada pela diversidade racial e de gênero é um desafio significativo que pode ser superado por meio da educação antirracista. Segundo Cavalleiro (2005), o mito da democracia racial — que defende que a sociedade brasileira não tem práticas racistas e que pessoas negras ou brancas têm as mesmas possibilidades de ascensão e sucesso sociais — é uma visão que precisa ser desconstruída. A educação antirracista é

fundamental para construir uma sociedade pautada pelos princípios da igualdade de direitos civis, com respeito e equidade.

Em resumo, a educação antirracista e de gênero na alfabetização é fundamental para promover a inclusão, a equidade e a justiça social. Ao valorizar e incluir as experiências e saberes dos alunos, podemos construir uma educação mais inclusiva e equitativa.

Nesse sentido, é preciso reconhecer a existência de uma estrutura racista que perpetua a desigualdade e a violência contra a população negra e trabalhar para desmantelá-la. A educação antirracista é um passo importante para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham acesso às mesmas oportunidades e direitos.

As relações de racismo, sexismo e gênero na instituição educação

Lélia destaca que o racismo e o sexismo são estruturais e estão presentes em todas as instituições sociais, incluindo a escola. Ela argumenta que a educação é um campo de disputa, onde se reproduzem as ideologias dominantes, mas também se criam possibilidades de resistência e transformação. Com base nessa perspectiva, podemos entender que a educação antirracista e de gênero é fundamental para desmontar as estruturas de poder e dominação que perpetuam as desigualdades. Isso implica reconhecer e valorizar as experiências e saberes das mulheres negras e de outros grupos marginalizados, além de criar espaços de diálogo e reflexão crítica sobre as relações de poder e gênero.

Gonzalez destaca a importância de se considerar as interseções entre racismo, sexismo e gênero na educação. Segundo ela, “a escola é um espaço de reprodução das relações sociais, incluindo as relações de poder e dominação” (Gonzalez, 2019, p. 43).

A educação é um ato político, bem como uma prática política e educativa, dada a subordinação real da educação à política. Como destaca Angela Davis em seu livro *Mulheres, raça e classe* ([1981] 2016), em uma sociedade racista é fundamental ir além da mera ausência de racismo e adotar uma postura antirracista ativa. Segundo Davis, essa abordagem é essencial para entender e combater as opressões que afetam mulheres negras trabalhadoras, considerando a intersecção de raça, classe e gênero como chave para uma nova forma de sociabilidade mais justa e igualitária.

A luta pela educação das meninas negras durante o período escravocrata nos EUA foi marcada por resistência e coragem. Um exemplo notável disso é a história de Prudence Crandall, professora que desafiou as convenções sociais ao admitir uma menina negra em sua escola em Canterbury, Connecticut, em 1833. Como destaca Angela Davis, “a defesa inabalável de Prudence Crandall do direito de pessoas negras à educação foi um exemplo

dramático — e mais poderoso que se poderia imaginar — para as mulheres brancas que sofriam as dores do parto da conscientização política” (Davis, 2016, p. 48). Essa atitude de Crandall não apenas desafiou a segregação racial, mas também inspirou outras mulheres a lutar por seus direitos e pela igualdade.

Segundo bell hooks (2017), a compreensão da experiência das mulheres negras depende fundamentalmente da análise da interconexão entre raça, classe e gênero, destacando a importância de considerar essas dimensões de forma integrada para uma compreensão mais profunda das opressões e desigualdades enfrentadas por essas mulheres.

A luta pela igualdade e inclusão é um desafio que transcende fronteiras, como destacaram Angela Davis e bell hooks ao enfatizarem a importância da intersecção entre raça, classe e gênero. No contexto brasileiro, Abdias do Nascimento (1980) oferece uma perspectiva crítica sobre a estrutura patriarcal de família herdada de Portugal, que teve impacto devastador na vida das mulheres negras. Segundo Nascimento, o desequilíbrio demográfico entre os sexos durante a escravidão e a relação assimétrica entre escravos e senhores permitiram que os senhores brancos exercessem um monopólio sexual sobre as mulheres negras, levando a uma subclasse e servidão absoluta. Além disso, Nascimento denuncia o branqueamento da raça negra como uma estratégia de genocídio que começou pelo estupro da mulher negra e resultou na criação de uma população de sangue misto. Essa análise nos leva a refletir sobre semelhanças e diferenças entre a experiência das mulheres negras no Brasil e nos EUA e destaca a importância de considerar as especificidades de cada contexto na luta pela igualdade e justiça.

Thomas Skidmore, renomado historiador norte-americano, oferece uma perspectiva crítica sobre a construção da identidade racial no Brasil em sua obra. Em suas palavras:

Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão ele foi capitão-domato, feitor e usado noutras tarefas e confiança dos senhores e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo de nossa democracia racial (Skidmore, 1976, p. 87).

Essa citação destaca a complexidade da experiência do mulato na sociedade brasileira, tanto no período escravocrata quanto na construção da identidade nacional, levando-nos a refletir sobre a intersecção entre raça e classe social na história do país.

A brutalidade da escravidão no Brasil teve impacto particularmente devastador nas mulheres negras, que enfrentaram uma combinação letal de exploração econômica e violência física e psicológica. De acordo com Schwarcz (1998, p. 123), “as mulheres escravas eram submetidas a condições de trabalho e violência específicas, incluindo abuso sexual”.

A exposição prolongada a situações de desvalorização pode causar danos psicológicos profundos, incluindo dor, angústia, insegurança e alienação, como destaca a literatura sobre o tema. Nesse sentido, é fundamental ampliar as ações de políticas públicas que promovam a superação do massacre psicológico sofrido pela população negra. Conforme afirma Ribeiro (2019, p. 123), “é preciso reconhecer a existência de uma estrutura racista que perpetua a desigualdade e a violência contra a população negra”. Portanto, é necessário que as políticas públicas sejam orientadas para a promoção da igualdade racial e da valorização da população negra.

A pesquisa realizada por Eaton revelou a história de diversas mulheres negras que enfrentaram obstáculos significativos em suas carreiras como educadoras. Segundo Davis (2016, p. 101), muitas dessas mulheres foram demitidas devido ao preconceito racial e expulsas da sala de aula, sendo obrigadas a trabalhar em atividades subalternas, como lavanderias e cozinhas. Essa realidade destaca a luta que as mulheres negras enfrentaram para ter acesso à educação e ao trabalho digno.

A preferência por serviçais negras é um reflexo da ideologia racista que persiste na sociedade. Segundo a análise apresentada, a definição tautológica de pessoas negras como serviçais é um dos artificios essenciais dessa ideologia. Como destaca o autor, essa visão baseia-se em estereótipos racistas que levam à crença de que pessoas negras são mais adequadas para certos tipos de trabalho devido à aparência ou a características atribuídas. Isso é evidenciado pela afirmação de que as pessoas negras são preferidas para determinados serviços.

Conforme Eaton (1899), as mulheres negras eram preferidas para certos trabalhos “porque elas se parecem mais com criadas” (*apud* Davis, 2016, p. 101).

A população afrodescendente que saiu da escravidão enfrentou uma deturpação do sistema de justiça criminal, que se manteve opressiva. No entanto, as mulheres eram especialmente vulneráveis aos ataques brutais desse sistema. Conforme destaca Angela Davis (2016, p. 97-98), os abusos sexuais sofridos durante o período da escravidão não foram interrompidos pela emancipação, e as mulheres de cor continuavam a ser consideradas “presas autênticas dos homens brancos”. Além disso, se resistissem aos ataques sexuais, muitas vezes eram jogadas na prisão, enfrentando um sistema que representava um “retorno a outra forma de escravidão”.

A educação racial e de gênero desempenha um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e preconceitos que perpetuam a discriminação e a exclusão. Ao promover a igualdade de gênero, a educação pode garantir que todos os alunos tenham acesso a

oportunidades de aprendizado de qualidade, independentemente do gênero. Como destaca Louro (1997), “A educação antirracista e antissexista é fundamental para promover a igualdade e combater a discriminação”.

A interseccionalidade é uma ferramenta fundamental para analisar como as identidades sociais se cruzam e se sobrepõem, criando experiências únicas de opressão e privilégio (Crenshaw, 1989). Nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial na desconstrução dessas opressões. Ao incorporar perspectivas interseccionais nos currículos e práticas pedagógicas, os educadores podem criar ambientes mais inclusivos e equitativos. Isso permite que todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados, independentemente de suas identidades.

Com frequência, racismo e sexismo se convergem — e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas. Por isso, os salários pagos às trabalhadoras domésticas brancas sempre foram fixados pelo critério racista usado para calcular a remuneração das serviçais negras (Davis, 2016, p. 102).

A educação é a chave para a libertação das mulheres negras, conforme destacado por Angela Davis (2016). Para as meninas pretas, a educação pode ser um divisor de águas, proporcionando acesso a carreiras e oportunidades que antes lhes eram negadas. Por meio da educação, as meninas pretas podem desenvolver uma compreensão mais profunda de sua história e cultura, conectando-se com suas raízes e orgulhando-se de sua identidade. Isso pode ser um poderoso instrumento para a transformação social e econômica.

Para desenvolver autoestima e confiança saudáveis em meninas negras, é fundamental oferecer oportunidades que as inspirem e as apoiem. Compartilhar histórias de mulheres negras que alcançaram sucesso em diversas áreas pode ser uma grande fonte de inspiração. Mulheres como Mae Jemison, a primeira astronauta negra, ou Toni Morrison, premiada com o Nobel de Literatura, podem servir de exemplo e motivação. Incentivar as meninas a expressar sua criatividade por meio da arte, música, dança, escrita etc. pode ajudar a desenvolver sua confiança e autoestima. A criatividade é uma forma poderosa de expressão e pode ser uma ferramenta valiosa para lidar com desafios. Criar grupos de apoio onde as meninas possam compartilhar suas experiências e se sentir acolhidas pode ser fundamental para o desenvolvimento de sua autoestima e confiança. Esses grupos podem oferecer um espaço seguro para discutir desafios e celebrar sucessos.

Utilizar livros que destacam histórias de mulheres negras que superaram obstáculos e alcançaram sucesso em suas carreiras, adaptados para o nível de alfabetização; desenvolver

um jogo que ensine as meninas a gerenciar um orçamento e tomar decisões financeiras; e organizar debates sobre igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho são práticas que podem contribuir significativamente para sua formação.

Quando as mulheres negras se organizam e lutam juntas, elas não apenas desafiam as estruturas de poder existentes, mas também criam novas possibilidades para si mesmas e para suas comunidades. “As mulheres negras eram motivadas menos por preocupações com a caridade ou por princípios morais gerais do que pelas necessidades palpáveis de sobrevivência de seu povo” (Davis, 2016, p. 134).

Em síntese, a educação desempenha um papel crucial na luta contra o racismo e o sexismo, promovendo a igualdade e a justiça social. Ao adotar uma postura antirracista e antissexista, podemos criar ambientes mais inclusivos e equitativos, valorizando a diversidade e combatendo a discriminação. A interseccionalidade é fundamental para entender as experiências únicas de opressão e privilégio, permitindo que os educadores desenvolvam práticas pedagógicas mais eficazes. Ao inspirar e apoiar as meninas negras, podemos ajudá-las a desenvolver autoestima e confiança saudáveis, abrindo portas para novas oportunidades e promovendo a transformação social e econômica. Segundo Angela Davis (2016), a educação é a chave para a libertação das mulheres negras. Portanto, é fundamental que as políticas públicas e as práticas educacionais sejam orientadas para a promoção da igualdade racial e de gênero, garantindo que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizado de qualidade e possam se desenvolver plenamente.

Políticas educacionais antirracistas: a importância da ação coletiva

Uma prática pedagógica que promova a autoestima necessariamente deve estar comprometida com a promoção e com o respeito do indivíduo e de suas relações coletivas. O educador que não foi preparado para lidar com a diversidade tende a padronizar o comportamento dos seus estudantes (Romão, 2001). Dessa maneira, a formação precisa trazer os professores para refletir e pensar como trabalhar essa temática dentro da sala de aula, a partir de um lugar que inverta a lógica do que está posto; precisa falar de amor no viés da negritude, de esperança, de criatividade, de ciência, de tecnologia, de vários aspectos, para que os professores entendam que não dá para ficar perpetuando o lugar da dor dos povos africanos, porque as crianças precisam se enxergar em outros espaços e vislumbrar outras possibilidades.

Uma educação antirracista não só proporciona o bem-estar do ser humano, em geral, como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia brasileiras (Brasil, 2005, p. 14).

A educação antirracista é fundamental para combater as desigualdades raciais que perpetuam o encarceramento em massa de pessoas negras no Brasil. Ao promover uma compreensão crítica da história e da sociedade, essa educação pode dismantlar estereótipos e preconceitos que contribuem para a discriminação e a violência. Ao incluir perspectivas históricas e contemporâneas sobre a experiência negra no currículo escolar, os educadores podem ajudar os alunos a entender as raízes da desigualdade racial e como ela se manifesta em diferentes contextos, incluindo o sistema de justiça criminal. Com isso, a educação antirracista pode promover a empatia e a compreensão entre diferentes grupos sociais, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Como destaca Kabengele Munanga, a escola e seus recursos refletem traços depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não ocidentais, o que pode dificultar o trabalho dos professores e professoras em desenvolver as africanidades e problematizar questões étnico-raciais (Munanga, 2005). Além disso, muitos educadores possuem dificuldades em lidar com essas questões devido a preconceitos introjetados ou despreparo.

Nas palavras de Kabengele Munanga:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete sem dúvida o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos e responsáveis de amanhã (Munanga, 2005, p. 15).

Nesse sentido, é fundamental promover o espaço escolar como um momento privilegiado para desenvolver e afirmar as diferenças, conscientizando os estudantes acerca da riqueza que elas trazem à nossa identidade racial. Ao fazer isso, podemos contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Angela Davis, um dos principais desafios enfrentados pelos abolicionistas é o processo de “desencarcerar mentes”, tanto na comunidade em geral, que apoia as prisões, quanto dentro do próprio movimento que busca combater a injustiça decorrente de ideologias imperialistas e racistas. Esse desafio envolve não apenas questionar as estruturas materiais das prisões, mas também as percepções e sentimentos que sustentam a opressão.

Davis destaca que a forma como nos sentimos em relação às prisões e à opressão institucionalizada desempenha um papel fundamental na luta por justiça social:

O local da cadeia ou prisão não é apenas material e objetivo... é também ideológico e psíquico. Internalizamos a noção de um lugar para colocar pessoas más. Essa é precisamente uma das razões pelas quais temos que imaginar o movimento abolicionista como um processo que aborda também essas questões ideológicas e psíquicas. Não apenas o processo de remoção de instituições materiais (Davis, 2016, p. 22).

A ideia de “desencarcerar mentes” proposta por Angela Davis pode ser diretamente relacionada ao trabalho dos educadores que buscam implementar a educação antirracista nas escolas. Segundo Luís Carlos de Freitas (2020), a educação antirracista começa com o reconhecimento da existência do racismo nas instituições de ensino, o que implica uma mudança profunda nas percepções e sentimentos que sustentam a opressão. Nesse sentido, a educação antirracista pode ser vista como uma forma de “desencarcerar mentes” ao desafiar as dinâmicas raciais presentes nas escolas e promover uma compreensão mais crítica e reflexiva sobre a realidade social.

A implementação de práticas educacionais antirracistas é fundamental para promover a igualdade e a justiça social nas escolas. Segundo Freitas (2020), a educação antirracista começa quando se reconhece a existência do racismo na escola, mesmo que de maneira silenciosa e desapercibida. Essa conscientização é o primeiro passo para criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo, onde todos os estudantes possam se sentir valorizados e respeitados.

Conforme destaca Mészáros (2006, p. 25), “a prática docente é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”. Portanto, é necessário que as políticas públicas sejam orientadas para a transformação social, garantindo que as práticas educacionais sejam inclusivas e promovam a equidade.

Porém, nem sempre encontramos professores preparados para lidar com os desafios que a discriminação racial impõe em sala de aula: “[...] essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã” (Munanga, 2005, p. 15). Uma leitura crítica pode fornecer subsídios para o debate acerca das relações étnico-raciais, principalmente no que tange à cultura africana e afro-brasileira, como forma de conscientização e respeito à diversidade.

Cabe ainda citar, como Lara Santos Rocha (2003), assessora de educação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, apontou em entrevista ao Portal Cenpec, que existe ainda um viés delicado no trato da diversidade cultural e da educação das relações étnico-raciais, devido a uma forte questão de racismo religioso, que afeta a maneira como muitos professores vão olhar para várias questões relacionadas à história e à cultura africana e afro-brasileira. Segundo ela, existe uma delicadeza, uma sutileza sobre o que significa, de fato, trabalhar a negritude em sala de aula – e é exatamente para isso que a formação docente precisa, de algum jeito, sensibilizar os professores. Porque, por mais que tenham boa vontade, muitos profissionais foram ensinados a enxergar a negritude apenas a partir de um viés: o da dor, da violência e da lástima.

Segundo Freire (1987, p. 25), “a formação docente deve ser orientada para a conscientização crítica e a ação política, visando à transformação social”. Isso significa que os professores devem ser formados para serem capazes de analisar criticamente a realidade e agir para transformá-la. Além disso, de acordo com hooks (2017, p. 12), “a educação é um ato político que pode transformar a realidade e promover a justiça social, desde que seja orientada para a inclusão e a equidade”. Portanto, é fundamental que a formação docente inclua temas relacionados à diversidade e ao antirracismo.

Conforme afirma Gomes (2017, p. 56), “a educação antirracista é fundamental para promover a igualdade racial e valorizar a diversidade étnico-racial nos espaços educacionais”. Isso significa que a educação antirracista pode ajudar a combater os preconceitos e estereótipos que são transmitidos de geração em geração, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação étnico-racial ajuda a reconhecer e valorizar a diversidade de experiências e perspectivas de diferentes grupos raciais e étnicos, reconhecendo e valorizando a diversidade. Ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos que perpetuam a discriminação e a exclusão. Promover a inclusão e a equidade é um dos principais papéis da educação étnico-racial, garantindo que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizado de qualidade, de acordo com a Lei nº 10.639/2003.

As políticas antirracistas na escola são fundamentais para combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades para todos os alunos. A implementação dessas políticas é um processo coletivo que envolve a participação de todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e funcionários.

A educação antirracista, conforme destacado por Freitas (2020), é um processo contínuo de reflexão e ação que envolve a coletividade e o individual, promovendo a

igualdade e a justiça para todos. Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo, contribuindo para um ambiente mais inclusivo e respeitoso, onde habilidades como empatia, respeito e compreensão são desenvolvidas entre os alunos, tornando-se, assim, um espaço fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como reforçado pelas ideias de Freitas (2020) sobre o papel da escola na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo.

Alguns documentos legais e normativos brasileiros fornecem um arcabouço para a implementação de ações coletivas que promovam a diversidade, a inclusão e a equidade racial na educação: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que fornecem orientações para a implementação da Lei 10.639/2003; o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que estabelece metas e ações para a implementação das diretrizes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como documento que estabelece as aprendizagens essenciais para os estudantes brasileiros, incluindo a abordagem da diversidade e da inclusão, é um documento que estabelece as diretrizes para a educação básica no Brasil, visando garantir que os alunos desenvolvam habilidades e competências essenciais para sua formação integral. Nesse contexto, a BNCC aborda as temáticas antirracistas, quilombola e africana nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental de forma transversal e integrada às diversas áreas do conhecimento (Brasil, 2018).

A inclusão dessas temáticas é fundamental para promover a inclusão e o respeito à diversidade e para desenvolver habilidades como identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós (EF01ER01), reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um (EF01ER03) e valorizar a diversidade de formas de vida (EF01ER04). Essas habilidades são essenciais para o sucesso acadêmico futuro e para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

A BNCC destaca a importância da valorização da diversidade e do respeito às diferenças ao apresentar a habilidade EF01ER01: “Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós” (Brasil, 2018, p. 435). Essa habilidade é fundamental para promover a inclusão e o respeito à diversidade, e deve ser desenvolvida desde os primeiros anos do Ensino Fundamental.

No entanto, a BNCC tem sido objeto de debate e discussão entre educadores e especialistas, especialmente em relação à abordagem da Lei 10.639, que estabelece a

obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. O Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentou propostas para revisar a BNCC, visando garantir uma abordagem mais contextualizada e significativa da história, que permita aos estudantes ter uma visão histórica de sua realidade.

As propostas do CNE incluem revisar a proposta de História para garantir uma abordagem menos factual e cronológica e mais voltada a permitir que os estudantes tenham uma visão histórica de sua realidade, explicitar o ensino religioso nos textos introdutórios da BNCC e produzir uma norma específica sobre o tema pelo CNE. Essas propostas buscam garantir que a BNCC seja mais inclusiva e respeite a diversidade cultural e religiosa do país.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e estratégias que abordam a promoção da igualdade racial e a implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras (Brasil, 2014).

Em conclusão, a educação antirracista é um processo contínuo de reflexão e ação que envolve a coletividade e o individual, promovendo a igualdade e a justiça para todos. A ação coletiva é fundamental para promover a igualdade racial e a justiça social nas escolas brasileiras, envolvendo a participação de todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e funcionários, além dos movimentos sociais e das organizações não governamentais. Ao trabalhar juntos, podemos criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso, onde todos se sintam valorizados e respeitados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A implementação da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, em conjunto com a BNCC, é um passo importante para a educação básica no Brasil, e a inclusão das temáticas antirracista, quilombola e africana é fundamental para promover a inclusão e o respeito à diversidade. No entanto, é importante destacar que a implementação da Lei 10.639 e a abordagem da história e cultura afro-brasileira e africana ainda são desafios a serem superados. É fundamental que continuemos a trabalhar coletivamente para promover a igualdade racial e a justiça social em nossas escolas e sociedade.

PERCORRENDO UM CAMINHO: JORNADA METODOLÓGICA

A questão norteadora deste estudo, “Construindo pontes: O letramento numa perspectiva étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade”, tem como meta fomentar a empatia e a compreensão entre os alunos, promovendo uma cultura de respeito e inclusão. Isso se tornou o objetivo geral deste estudo, que visa apresentar e sugerir ações aos estudantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva sobre as questões relacionadas à igualdade e diversidade.

Para alcançar o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram definidos:

1. Investigar a percepção dos estudantes: levantar a percepção dos estudantes do ensino fundamental anos iniciais sobre a sua formação crítica e promover a educação antirracista e a diversidade cultural.

2. Analisar atitudes antirracistas: levantar a percepção dos estudantes e professores a respeito de atitudes antirracistas e romper com estereótipos sobre a história das pessoas negras.

3. Desenvolver material didático: produzir, aplicar e avaliar um e-book que favoreça e promova a formação crítica e cultural em uma turma do ensino fundamental anos iniciais.

4. Promover a empatia e inclusão: fomentar a empatia e a compreensão entre os alunos, promovendo uma cultura de respeito e inclusão.

5. Desenvolver produto antirracista: desenvolver um produto que contemple a educação antirracista, abordando o conceito de africanidades e gênero, e promovendo a diversidade de experiências, culturas e identidades dos povos de ascendência africana.

A pesquisa teve início com uma observação incipiente, preliminar, realizada com estudantes do 1º ano de 2024, que serviu como ponto de partida para a investigação. Após a obtenção dos termos de consentimento, foi desenvolvida uma pesquisa sistemática e formal que se estendeu até 2025, quando os mesmos estudantes estavam no 2º ano do ensino fundamental I.

Nessa etapa, foi implementada uma abordagem participativa, que permitiu uma interação mais profunda com os estudantes e uma compreensão mais ampla de suas perspectivas e experiências. Essa abordagem possibilitou a coleta de dados ricos e detalhados, fundamentais para a análise e interpretação dos resultados.

Essa trajetória permitiu acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do tempo, oferecendo uma visão mais completa da pesquisa, realizada por meio de uma abordagem qualitativa, que visa compreender e interpretar as experiências e significados

atribuídos pelos participantes (Deslandes, 1994; Gerhardt; Silveira, 2009). A pesquisa qualitativa busca analisar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que estabelecem relações com os processos, não se limitando a critérios numéricos, mas sim a vínculos significativos entre os participantes e o problema investigado (Deslandes, 1994).

Nesse contexto, a pesquisa qualitativa permite uma compreensão mais profunda da realidade cotidiana e promove a inter-relação colaborativa entre os participantes, o que é fundamental para entender o grupo social pesquisado (Gerhardt; Silveira, 2009). Além disso, a pesquisa qualitativa busca evidenciar aspectos holísticos, individuais e coletivos da experiência humana, o que é essencial para compreender o contexto daqueles que vivem o fenômeno investigado.

A pesquisa-ação foi utilizada como metodologia, visando desenvolver um trabalho de investigação interativo e participativo (Felcher; Ferreira; Folmer, 2017). A pesquisa-ação é uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores que possibilita utilizar suas pesquisas para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem (Tripp, 2005).

Nessa perspectiva, a pesquisa-ação participativa ocorreu de modo colaborativo, com as pessoas participantes trabalhando juntas como co-pesquisadoras, tratando de interesses mútuos e compartilhando compromissos para a realização da pesquisa (Tripp, 2005). A interação ativa entre os participantes promoveu o desenvolvimento de uma pesquisa que investigou problemas comuns entre participantes.

O ciclo de desenvolvimento da pesquisa-ação seguiu as etapas básicas de planejar, implementar, descrever e avaliar as mudanças e melhorias da prática no decorrer do processo (Tripp, 2005). Isso permitiu uma compreensão mais profunda do fenômeno investigado e a identificação de soluções para os problemas encontrados.

Em síntese, a pesquisa qualitativa e a pesquisa-ação foram utilizadas de forma integrada para compreender e melhorar a prática educacional. A interação ativa entre os participantes e a colaboração entre eles foram fundamentais para o sucesso da pesquisa.

Figura 1: O papel do pesquisador na pesquisa-ação.



Fonte: Adaptado de Ghedin e Franco (2008, p. 231).

Nesse contexto, a pesquisa-ação se tornou, de acordo com Franco, como vários estudos têm demonstrado.

Em uma alternativa metodológica, e mesmo uma prática pedagógica para construir conhecimentos sobre a prática docente de forma fidedigna, permitindo um esclarecimento das teorias implícitas na prática e favorecimento aos sujeitos da prática melhor apropriação crítica de algumas teorias educacionais, o que poderia produzir a transformação de suas concepções sobre o fazer pedagógico e, em decorrência, transformações em suas práticas (Franco, 2018, p. 180).

Corroborando os estudos de Franco (2018), no contexto deste capítulo, para Thiollent, a pesquisa-ação se define como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2008, p. 16).

Descrição da instituição escolar e dos participantes do estudo

A educação antirracista é fundamental para promover a igualdade e a justiça social em um contexto brasileiro marcado por grande diversidade racial e étnica. Considerando os dados do Censo 2022 do IBGE, observa-se que a população brasileira é composta por 45,3% de pessoas que se declaram pardas, 43,6% que se declaram brancas, 10,2% que se declaram pretas, 0,6% que se declaram indígenas e 0,4% que se declaram amarelas.

No estado de São Paulo, a população é formada por 57,4% de pessoas que se declaram brancas, 32,8% pardas, 7,9% pretas, 1,6% amarelas e 0,3% indígenas.

A pesquisa foi realizada em uma escola do interior de um município de médio porte do estado de São Paulo e buscou investigar a importância da educação antirracista no 2º ano do Ensino Fundamental. A turma participante é composta por 12 estudantes, sendo importante registrar que um deles está dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a seguinte composição racial:

- 6 estudantes que se declaram brancos
- 3 estudantes que se declaram pardos
- 1 estudante que se declara amarelo
- 2 estudantes não declarados

A professora-pesquisadora responsável por essa turma e três professoras colaboradoras também participaram da pesquisa. A proposta foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, seguindo as orientações para pesquisas com seres humanos, sendo iniciada somente após a devida aprovação, bem como registro na Plataforma Brasil.

Essa pesquisa visa contribuir para a discussão sobre a importância da educação antirracista no contexto escolar e fornecer subsídios para a elaboração de práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, considerando a diversidade racial e étnica dos estudantes.

Característica geral institucional e dos participantes da pesquisa.

Os dados gerais da instituição de ensino, sem qualquer forma de identificação, bem como as informações dos participantes, identificados por meio de codinomes fictícios, foram encaminhados ao Comitê de Ética para apreciação e análise, conforme o número do CAAE 90574725.1.0000.5398 e parecer correspondente 7.758.871, tendo sido devidamente aprovados pelo colegiado.

Quadro 1: Características gerais da unidade de ensino

Escola	Municipal com Fundamental I
Localização	Interior paulista
Hora aula:	Duas horas aulas semanais
Crítérios para escolha do grupo:	Apresentação da diversidade apresentada racial apresentada
Período de coleta:	2º semestre de 2025

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2: Participantes da pesquisa

Ano escolar:	2º ano
Quantidade de alunos:	12
Gêneros citados:	6 meninas e 6 meninos
Idade:	Entre 7 e 8 anos
Análise inicial do grupo:	Grupo participativo e curioso

Fonte: Elaborado pela autora.

Perfil dos alunos

A escola em questão apresenta uma clientela com condições socioeconômicas melhoradas, o que se reflete na elevação do padrão e da qualidade de vida dos alunos. Isso sugere que a maioria dos estudantes tem acesso a recursos e oportunidades que lhes permitem desfrutar de uma vida mais confortável.

A maioria dos alunos apresenta condições socioeconômicas favoráveis, com acesso a recursos e oportunidades que lhes permitem ter uma vida mais confortável. São poucos os estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, o que indica que a escola atende, majoritariamente, a uma população de classe média.

Essa caracterização da clientela possui implicações importantes para a pesquisa sobre educação antirracista. A melhoria das condições socioeconômicas pode influenciar as percepções e experiências dos alunos em relação à temática. Além disso, a pesquisa precisa considerar as especificidades de trabalhar com uma população majoritariamente de classe média e como isso pode afetar as discussões sobre racismo e desigualdade.

É importante considerar que a melhoria socioeconômica da clientela pode ser resultado de políticas públicas e de iniciativas voltadas à redução das desigualdades no Brasil. No entanto, é fundamental lembrar que a desigualdade ainda é um problema persistente no país, e a escola constitui um espaço privilegiado para discutir e enfrentar essas questões.

Dessa forma, a pesquisa sobre educação antirracista nessa escola pode contribuir para compreender as dinâmicas sociais e raciais presentes nesse contexto específico, além de auxiliar no desenvolvimento de estratégias para promover a igualdade e a justiça social entre os alunos.

Matriz Curricular do Ensino Fundamental I

Figura 2: Matriz Curricular do Ensino Fundamental

Anexo 2 - Matriz Curricular do Ensino Fundamental

Matriz Curricular do Ensino Fundamental – do 1º ao 9º ano												
L E I F E D E R A L Nº 9 3 9 4 / 9 6	Base Nacional Comum Curricular	Componentes Curriculares	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
		Língua Portuguesa	07	07	07	07	07	07	06	06	06	06
		Matemática	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06
		Ciências	03	03	03	03	03	03	03	03	03	03
		Geografia	02	02	02	02	02	02	02	02	02	02
		História	02	02	02	02	02	02	02	02	02	02
		Educação Física	*02	*02	*02	*02	*02	02	02	02	02	02
		Arte	*02	*01	*01	*01	*01	02	02	02	02	02
		Inglês – LEM	-	-	-	-	-	02	02	02	02	02
		Parte Diversificada	Informática	-	*01	*01	*01	*01	-	-	-	-
Inglês – LEM	01*	01*	01*	01*	01*	-	-	-	-	-		
Carga horária semanal		25	25	25	25	25	25	25	25	25		
Carga horária anual		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000		

*Aulas ministradas por professor específico da disciplina.

Fonte: Regimento Comum das EMEFs (Ourinhos, 2016).

A matriz curricular apresenta uma abordagem interdisciplinar relevante para a educação antirracista, envolvendo professores de diferentes áreas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A inclusão de professores de Língua Inglesa, Arte e Educação Física é fundamental para promover a valorização da diversidade cultural e a inclusão de todos os alunos.

Técnicas de coleta de dados

No início do presente estudo, realizou-se uma reunião com a gestão escolar da instituição de ensino selecionada, na qual foram detalhados os objetivos da pesquisa e obtidas as devidas autorizações para a execução das atividades. Durante essa reunião, apresentaram-se as intenções da pesquisa e esclareceram-se todas as dúvidas relacionadas às diferentes fases do estudo.

Posteriormente, foram estabelecidos contatos com a docente participante e com sua turma, visando garantir a colaboração e o envolvimento necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa ocasião, realizou-se uma apresentação e explicação detalhada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice), com o objetivo de informar sobre as atividades que seriam realizadas, apresentar o cronograma e esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

Essa abordagem possibilitou uma comunicação clara e transparente com a gestão escolar e com a docente participante, assegurando que todos estivessem cientes dos objetivos e procedimentos do estudo. Além disso, a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido garantiu que os participantes estivessem plenamente informados e de acordo com as condições da pesquisa.

Pesquisa de campo com alunos

A coleta de dados foi realizada em etapas, iniciando-se com uma atividade de sensibilização que visava estimular a reflexão sobre identidade, igualdade e diversidade. A música “Meu cabelo é bem bonito” (Pevirguladez, 2022) foi utilizada como ponto de partida, por ser um tema familiar aos alunos, que já haviam sido expostos a ela no 1º ano.³ Essa escolha permitiu que os estudantes se conectassem ao tema de forma natural e significativa. A música foi empregada para estimular a reflexão sobre identidade e autoestima, especialmente no que diz respeito à aparência física.

Uma pesquisa recente intitulada *Avaliação da qualidade da Educação Infantil: um retrato pós-BNCC*, conduzida pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal em parceria com o Itaú Social, revelou que aproximadamente 90% das turmas da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental no país não abordam temas raciais em suas atividades (Barbosa, 2024). Esse cenário cria um ambiente propício para que o racismo se manifeste desde a infância, especialmente entre crianças negras.

Contação da história “Lápis cor de pele”: a história foi contada para estimular a reflexão sobre igualdade e diversidade e sobre como essas questões são importantes para a construção da identidade.

³ Esta pesquisa teve inspiração no trabalho de doutorado da professora Sandra Regina Ferreira de Oliveira (2006), intitulado *Educação histórica e a sala de aula: o processo de aprendizagem em alunos das séries iniciais do ensino fundamental*, que seguiu um calendário longitudinal para investigar o processo de aprendizagem em alunos das séries iniciais do ensino fundamental. Embora não seja uma réplica direta da pesquisa, o presente estudo se beneficiou da abordagem metodológica análoga utilizada pela professora Sandra, adaptando-a para os objetivos específicos desta investigação.

Imagem 1: Atividade lápis cor de pele



Fonte: Acervo da autora.

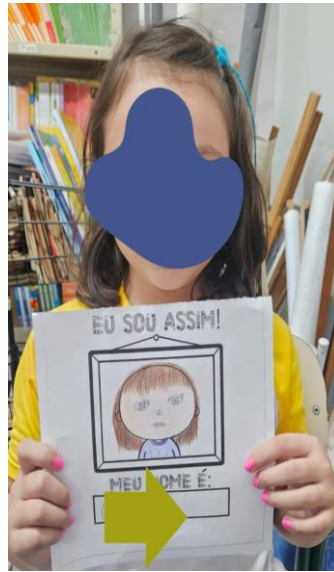
Após a narrativa, os estudantes se olharam em pequenos espelhos individuais e foram convidados a expressar suas percepções por meio de um desenho, representando sua compreensão sobre si, sua cor e seus sentimentos em relação à igualdade de gênero e inclusão (Edwards, 2007). Essa abordagem permitiu que os estudantes expressassem suas ideias de forma criativa e autêntica, revelando suas compreensões e experiências de maneira única e pessoal.

Para complementar os desenhos e aprofundar a compreensão das percepções das crianças, realizou-se uma gravação de vídeo em que elas puderam compartilhar suas impressões e sentimentos sobre igualdade de gênero e inclusão. As falas foram registradas e analisadas, fornecendo uma visão mais profunda sobre suas compreensões e vivências.

Eu sou assim, no desenho e na fala das crianças.⁴

⁴ Para registrar as falas das crianças, a autora optou por utilizar a fonte denominada Courier New, assemelhando a 'Máquina de Escrever', divergindo propositalmente da fonte preconizada pelas normas da ABNT, com o objetivo de destacar e diferenciar essas falas no corpo do texto.

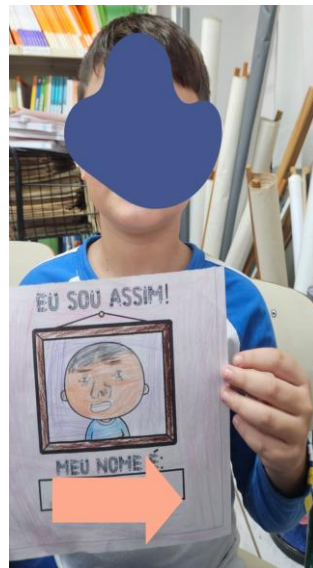
Imagem 2: Eu sou assim: A1



Fonte: Acervo da autora.

Oi, pessoal. Hoje a gente vai falar um pouquinho de cores. Meu nome é A1. Eu acho que não tem nada demais ser preto, porque as pessoas não têm que ser tratadas diferente só por causa da cor. O mundo vai ficando cada vez mais bonito.

Imagem 3: Eu sou assim: A2

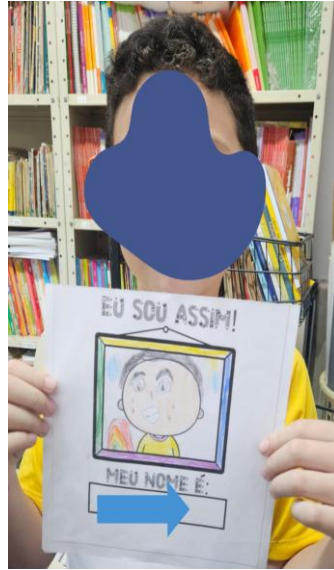


Fonte: Acervo da autora.

Oi, galera, meu nome é A2 e hoje vou falar sobre cor de pele. Eu acho que ser diferente é quando uma pessoa é de

outro jeito, tipo cabelo. As meninas e os meninos são diferentes, mas todo mundo pode estudar na mesma escola, brincar junto. Todo mundo é especial. Nunca vi ninguém ser tratado diferente e, na minha família, tem várias cores: minha mãe e meu pai são pardos, e meus avós são brancos.

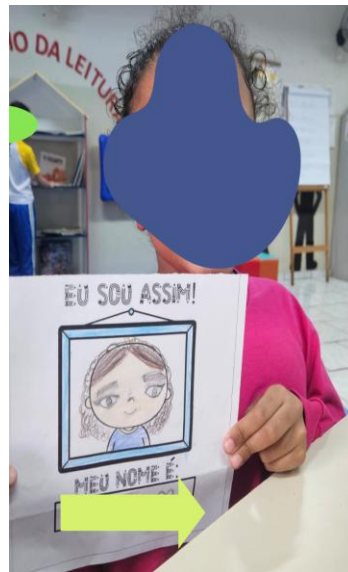
Imagem 4: Eu sou assim: A3



Fonte: Acervo da autora.

Olá, gente, eu sou a A3. Hoje a gente vai falar um pouquinho de racismo e cor de pele. A cor da minha pele é branca, mas tem gente de cor diferente das nossas cores, e todo mundo deve ser tratado igual como é. E, com certeza, ninguém deve ser tratado diferente. Se a gente for tratada ruim, não combina, não é certo, seja por ser branco, preto, alto, baixo, menina ou menino. Deus gosta de todo mundo da nossa vida.

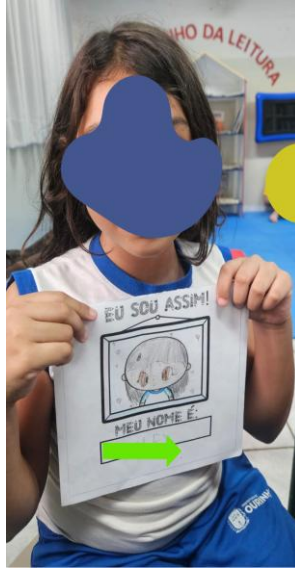
Imagem 5: Eu sou assim: A4



Fonte: Acervo da autora.

Eu desenhei aqui eu, como eu acho que sou. Eu sou parda, minha mãe é um pouquinho parda mais escura, meu pai é mais pardo, só que clarinho, e também eu. Minha família é... a minha avó é branca, meu avô é negro, tenho tia parda e também branca. Minha família é inter-racial, tem amor, tem carinho, tem respeito. Nunca vi ninguém ser tratado diferente, mas, se eu visse, eu ia ter pena, e isso ia ser racismo, porque as pessoas não podem ser tratadas assim. As pessoas não podem ser tratadas diferente por causa da cor e das características diferentes; tem que ser tratadas com bem.

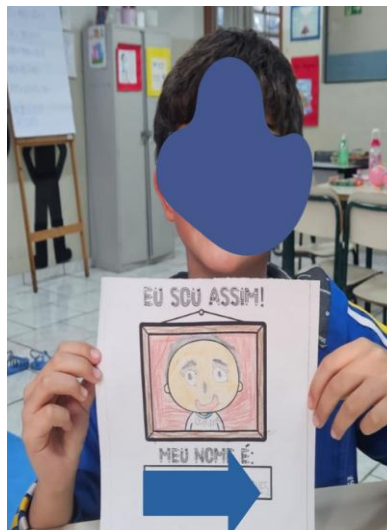
Imagem 6: Eu sou assim: A5



Fonte: Acervo da autora.

Oi, gente, tudo bem? Eu sou a A5. Vou falar da minha família: minha mãe é um pouco parda e meu pai é mais escuro do que eu. Daí, a minha avó é branca e meu avô é negro. Hoje a gente tá aprendendo, com o *Lápis cor de pele*, a não tratar as pessoas mal pra deixar elas tristes. Um dia eu vi uma pessoa tratando outra diferente, e a pele era mais escura que a minha, porque era diferente, tipo o cabelo. Eu senti pena. As coisas de meninos e meninas são diferentes, a diferença é cabelo grande, curto.

Imagem 7: Eu sou assim: A6



Fonte: Acervo da autora.

Eu sou o A6, esse é o meu desenho que eu fiz. Sou uma criança que é bem branca, meu avô é negro, minha mãe é branca, meu pai é bem branco. Minha família é "inter-racial". E quando as pessoas não se tratam bem, não é justo, e a gentileza faz com que as pessoas sejam gentis com você; senão, elas não vão ser com você.

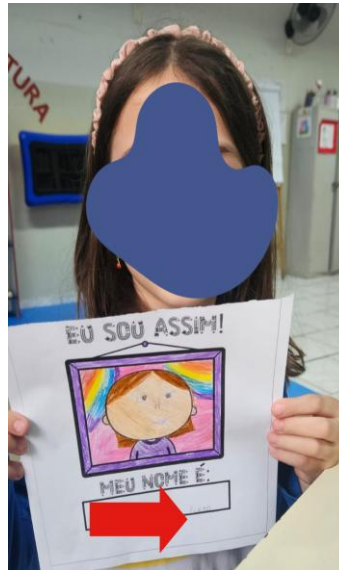
Imagem 8: Eu sou assim: A7



Fonte: Acervo da autora.

Eu me chamo A7. Já senti uma coisa que eu não gostei muito: uma menina não deixou eu brincar porque eu era mais nova e tinha seis anos. Daí eu não sabia por que ela não deixava, mas era porque ela não gostou do meu cabelo, e o dela era liso. A minha cor de pele... fiquei triste, e ela tava fazendo racismo comigo.

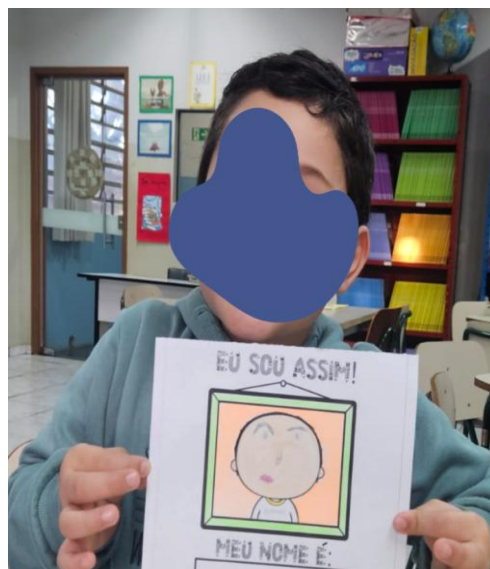
Imagem 9: Eu sou assim: A8



Fonte: Acervo da autora.

Meu nome é A8 e eu me desenhei, mas não sei certinho minha cor; é branca, mas misturada. E sei que não pode tratar as pessoas diferente. Meninos e meninas podem fazer tudo igual e brincar. Sei que, quando alguém trata outra pessoa diferente pela cor da pele, é racismo, e não é legal.

Imagem 10: Eu sou assim: A9



Fonte: Acervo da autora.

Meu nome é A9. Eu estudo com colega e professor de cor diferente da minha. Acredito que todo mundo deve ser tratado

com gentileza, mas já vi gente sendo tratada diferente, de forma má, mas não sei o que eu senti.

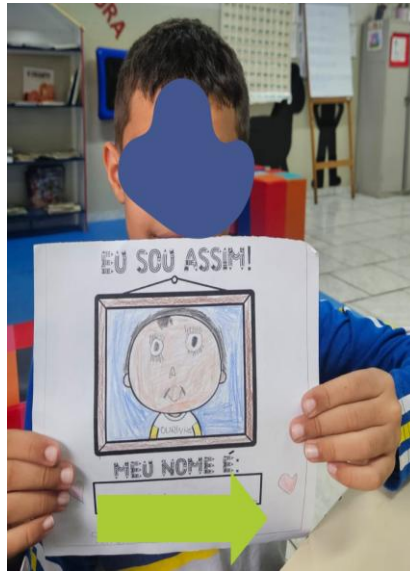
Imagem 11: Eu sou assim: A10



Fonte: Acervo da autora.

Oi, meu nome é A10 e eu vou falar umas coisas que eu aprendi: todas as pessoas têm um jeitinho diferente de ser, e as pessoas são diferentes. A minha pele é branca, a do meu pai é mais escura que a minha, tenho uma prima adulta que é negra, e todo mundo é muito importante do mesmo jeitinho. Meninos e meninas podem conversar, brincar juntos, e não existe isso de não poder ter a mesma profissão.

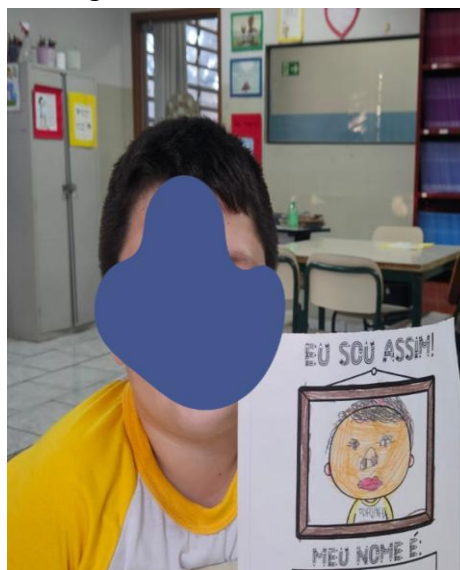
Imagem 12: Eu sou assim: A11



Fonte: Acervo da autora.

Oi, meu nome é A11, e vou falar umas coisas. Eu me pinteí de bege, mas essa não é cor de pele, porque não existe. Eu fiz com um pouquinho de marrom. Mas tem pessoa que fala da pessoa e vai acontecer com ela o que faz com os outros. Menina e menino às vezes têm cor diferente também, mas todo mundo pode brincar de casinha se quiser.

Imagem 13: Eu sou assim: A12



Fonte: Acervo da autora.

A utilização do mapa como ferramenta mostrou-se eficaz para compreender a percepção dos alunos sobre a diáspora africana no Brasil. A análise das respostas permitiu identificar suas principais associações e percepções, bem como lacunas no conhecimento sobre o tema e sua contribuição cultural.

Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais profunda do conhecimento e da percepção dos alunos sobre a diáspora africana no Brasil, podendo ser utilizada para desenvolver estratégias de ensino mais eficazes e promover a conscientização sobre a importância da cultura africana na formação da identidade brasileira.

Imagem 14: Palestra de sensibilização.



Fonte: Acervo do Psicopedagogo.

A utilização da imagem de uma pessoa com “códigos”, como se estivesse sendo formatada, na palestra sobre a África foi uma escolha eficaz para ilustrar a diversidade genética da população africana e sua contribuição para a humanidade. A imagem permitiu visualizar a complexidade e a riqueza da herança genética africana, destacando a importância do continente na história da humanidade.

Imagem 15: Explicação sobre capoeira.



Fonte: Acervo do Psicopedagogo.

A capoeira, representada na imagem, é uma expressão cultural afro-brasileira que combina elementos de dança, luta e jogo. Essa combinação única permite que a capoeira seja descrita de diferentes maneiras, conforme o contexto e a ênfase desejada. Seja como dança, modalidade de luta ou jogo, trata-se de uma expressão cultural rica e complexa, que reflete a diversidade e a criatividade da cultura afro-brasileira.

Nesse sentido, a imagem dos personagens da Turma da Mônica praticando capoeira não apenas ilustra a diversidade cultural brasileira, como também destaca a importância dessa expressão cultural, capaz de unir música, movimento e jogo de forma harmoniosa e criativa.

Embora a amostra da pesquisa esteja sendo realizada com 12 crianças, a atividade de coleta de dados foi aplicada à sala inteira, composta por 23 alunos. Essa abordagem permitiu que todos participassem e compartilhassem suas vivências e conhecimentos prévios sobre o tema.

Durante a discussão, temas importantes foram suscitados, revelando as experiências e percepções dos alunos sobre o racismo e a diversidade cultural. Alguns relataram situações de racismo vivenciadas ou presenciadas, enquanto outros demonstraram certa indiferença, especialmente entre aqueles que eram matrículas recentes na escola.

A inclusão de todos os alunos na atividade forneceu uma visão mais ampla e diversificada das percepções e experiências da turma. Além disso, o diálogo possibilitou um espaço para refletir sobre a importância da diversidade cultural e da necessidade de combater o racismo no cotidiano.

A abordagem adotada permitiu uma coleta de dados mais rica e diversificada, ao mesmo tempo em que promoveu reflexão e conscientização sobre diversidade cultural e racismo entre os alunos.

Posteriormente, foi realizada uma gravação de vídeo com as impressões dos estudantes sobre os temas abordados, permitindo uma compreensão mais profunda de suas perspectivas e experiências. Segundo Uwe Flick (2009), a gravação de áudio e vídeo é uma técnica eficaz para a coleta de dados qualitativos, pois captura nuances da linguagem e da expressão dos participantes, enriquecendo a análise.

Por fim, foi aplicado um questionário físico, com alternativas adaptadas ao ciclo de alfabetização, a fim de coletar dados sobre o entendimento dos estudantes acerca de sua cor e raça, bem como experiências ou observações relacionadas ao racismo. Essa abordagem garantiu uma coleta de dados adequada à faixa etária, assegurando precisão e pertinência das informações obtidas.

A combinação dessas atividades possibilitou uma compreensão ampla e profunda das perspectivas e experiências dos estudantes, fornecendo dados valiosos para a análise e interpretação dos resultados.

Quadro 3: O que significa ser diferente para você?

Questão 1	O que significa ser diferente para você?
Para 1 criança, é “ter características físicas distintas”. Para 3 crianças, é “ter opiniões e perspectivas distintas”. Para 8 crianças, é “ter talentos e habilidades e talentos diferentes”. Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.	

Fonte: a autora.

Quadro 4: Como você se sente quando vê alguém com uma cor de pele diferente da sua?

Questão 2	Como você se sente quando vê alguém com uma cor de pele diferente da sua?
Para 3 crianças, é “curioso(a) e interessado(a) em conhecer mais sobre a pessoa”. Para 8 crianças, é “indiferente, não vejo diferença”. Para 1 crianças, é “desconfortável ou com medo”. Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.	

Fonte: a autora.

Quadro 5: Por que você acha que todas as pessoas são especiais e importantes?

Questão 3	Por que você acha que todas as pessoas são especiais e importantes?
Para 1 crianças, é “porque cada pessoa tem habilidades e talentos únicos”.	
Para 5 crianças, é “porque todas as pessoas têm direito iguais”.	
Para 6 crianças, é “porque cada pessoa tem uma história e experiências únicas”.	
Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.	

Fonte: a autora.

Quadro 6: O que você acha que meninos e meninas podem fazer juntos?

Questão 4	O que você acha que meninos e meninas podem fazer juntos?
Para 2 crianças, é “atividades esportivas”.	
Para 10 crianças, é “todas as opções acima” (ou seja, “atividades esportivas, acadêmicas e artísticas”).	
Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.	

Fonte: a autora.

Quadro 7: Você acha que meninos e meninas devem ter os mesmos direitos e oportunidades?

Questão 5	Você acha que meninos e meninas devem ter os mesmos direitos e oportunidades?
Para 8 crianças, é sim, “porque todos merecem igualdade”.	
Para 4 crianças, é não, “porque meninos e meninas têm necessidades diferentes”.	
Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.	

Fonte: a autora.

Quadro 8: O que você faz quando vê alguém sendo tratado de forma diferente por ser menino ou menina?

Questão 6	O que você faz quando vê alguém sendo tratado de forma diferente por ser menino ou menina?
Para 5 crianças, é “tento ajudar a pessoa”.	
Para 7 crianças, é “tento mudar a situação”.	
Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.	

Fonte: a autora.

Quadro 9: O que você faz quando alguém é tratado de forma injusta ou má?

Questão 7	O que você faz quando alguém é tratado de forma injusta ou má?
Para 4 crianças, é “tento ajudar a pessoa”.	
Para 8 crianças, é “tento mudar a situação”.	
Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.	

Fonte: a autora.

Quadro 10: Por que é importante respeitar as diferenças entre as pessoas?

Questão 8	Por que é importante respeitar as diferenças entre as pessoas?
	Para 4 crianças, é “porque cada pessoa é única e valiosa”. Para 6 crianças, é “porque o respeito promove a harmonia e a paz”. Para 2 crianças, é “porque é fundamental para a construção de uma sociedade justa”. Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.

Fonte: a autora.

Quadro 11: Você acha que todos merecem ser tratados com respeito e gentileza?

Questão 9	Você acha que todos merecem ser tratados com respeito e gentileza?
	Para 1 criança, é “sim, porque todos têm direitos iguais”. Para 11 crianças, é “sim, porque o respeito é fundamental para a dignidade humana”. Nenhuma criança assinalou a opção “outro”.

Fonte: a autora.

Pesquisa de campo com professores

A educação é um espaço fundamental para a construção de relações étnico-raciais saudáveis e igualitárias. Nessa perspectiva, a educação antirracista e de gênero constitui uma abordagem essencial para a formação de uma sociedade mais justa. Segundo Nilma Lino Gomes (2005) e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007), essa educação possibilita que os estudantes desenvolvam consciência crítica acerca das relações étnico-raciais e de gênero.

A educação antirracista e de gênero busca desconstruir relações de poder e desigualdade, promovendo uma leitura crítica e reflexiva das questões de raça, gênero e classe social. A categoria da interseccionalidade é central nesse processo, pois evidencia como diferentes marcadores sociais se cruzam e se influenciam mutuamente (Crenshaw, 1989).

Diante dessa relevância, tornou-se necessário investigar como professores compreendem e abordam tais questões em suas práticas pedagógicas. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo com docentes da unidade escolar, a fim de compreender como lidam com temas relacionados a raça e gênero em sala de aula.

Quadro 12: Qual é o seu tempo de experiência como professor(a) no Ensino Fundamental?

Questão 1	Qual é o seu tempo de experiência como professor(a) no Ensino Fundamental?
	Professora 1 – “mais de 10 anos”. Professora 2 – “de 5 a 10 anos”. Professora 3 – “de 2 a 5 anos”.

Fonte: a autora.

Quadro 13: Como você define educação antirracista e igualdade de gêneros em sua prática pedagógica?

Questão 2	Como você define educação antirracista e igualdade de gêneros em sua prática pedagógica?
<p>P1 – “Como uma abordagem que busca combater o racismo e promover a igualdade entre os gêneros”.</p> <p>P2 – “Como uma forma de promover a diversidade e a inclusão em sala de aula”.</p> <p>P3 – “Como uma abordagem que busca combater o racismo e promover a igualdade entre os gêneros”..</p>	

Fonte: a autora.

Quadro 14: Quais estratégias você utiliza para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros em sua sala de aula?

Questão 3	Quais estratégias você utiliza para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros em sua sala de aula?
<p>P1 – “Discussões sobre diversidade e inclusão”; “uso de materiais didáticos que promovam a diversidade e igualdade”; “atividades que incentivem a reflexão crítica sobre racismo e a desigualdade de gênero”.</p> <p>P2 – “Uso de materiais didáticos que promovam a diversidade e igualdade”.</p> <p>P3 – “Discussões sobre a diversidade e inclusão”; “atividades que incentivem a reflexão crítica sobre o racismo e a desigualdade de gênero”.</p>	

Fonte: a autora.

Quadro 15: Como você lida com situações de discriminação ou preconceito em sala de aula?

Questão 4	Como você lida com situações de discriminação ou preconceito em sala de aula?
<p>P1 “Aborda a situação diretamente e promove uma discussão sobre o tema”.</p> <p>P2 “Ignora a situação e espera que se resolva sozinha”.</p> <p>P3 “Aborda a situação diretamente e promove uma discussão sobre o tema”.</p>	

Fonte: a autora.

Quadro 16: Você recebeu formação específica sobre educação antirracista e igualdade de gêneros durante sua formação inicial ou continuada?

Questão 5	Você recebeu formação específica sobre educação antirracista e igualdade de gêneros durante sua formação inicial ou continuada?
<p>P1 – “Sim, durante a formação continuada”.</p> <p>P2 – “Sim, durante a formação continuada”.</p> <p>P3 – “Sim, durante a formação inicial e continuada”.</p>	

Fonte: a autora.

Quadro 17: Quais recursos ou materiais você utiliza para apoiar sua prática pedagógica em educação antirracista e igualdade de gêneros

Questão 6	Quais recursos ou materiais você utiliza para apoiar sua prática pedagógica em educação antirracista e igualdade de gêneros
<p>P1 – “Livros didáticos que abordam a diversidade e a igualdade; recursos online que promovam a educação antirracista e a igualdade de gêneros”.</p> <p>P2 – “Livros didáticos que abordam a diversidade”.</p> <p>P3 – “Atividades práticas que incentivem a reflexão crítica”.</p>	

Fonte: a autora.

Quadro 18: Como você avalia a eficácia de suas estratégias para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros?

Questão 7	Como você avalia a eficácia de suas estratégias para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros?
<p>P1 – “Através de observações de dinâmica em sala de aula”.</p> <p>P2 – “Promovendo a empatia e a compreensão entre as pessoas”.</p> <p>P3 – “Desenvolvendo habilidades para lidar com a diversidade”.</p>	

Fonte: a autora.

Quadro 19: Quais são os principais desafios que você enfrenta ao promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros em sua prática pedagógica

Questão 8	Quais são os principais desafios que você enfrenta ao promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros em sua prática pedagógica
<p>P1 – “Resistência de alguns alunos ou colegas”.</p> <p>P2 – “Dificuldade em abordar temas sensíveis”.</p> <p>P3 – “Resistência de alguns alunos ou colegas”.</p>	

Fonte: a autora.

Quadro 20: Como você acredita que a educação antirracista e a igualdade de gêneros podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis?

Questão 9	Como você acredita que a educação antirracista e a igualdade de gêneros podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis?
<p>P1 – “Incentivando a reflexão crítica sobre a sociedade”.</p> <p>P2 – “Incentivando a reflexão crítica sobre a sociedade”.</p> <p>P3 – “Incentivando a reflexão crítica sobre a sociedade”.</p>	

Fonte: a autora.

Quadro 21: Quais oportunidades você vê para melhorar a educação antirracista e a igualdade de gêneros nos anos iniciais

Questão 10	Quais oportunidades você vê para melhorar a educação antirracista e a igualdade de gêneros nos anos iniciais?
	P1 – “Implementação de políticas escolares que promovam a igualdade e a diversidade”.
	P2 – “Formação continuada para professores”.
	P3 – “Implementação de políticas escolares que promovam a igualdade e a diversidade”.

Fonte: a autora.

Análises e discussões

A coleta de dados realizada com as crianças revelou uma visão otimista sobre suas percepções e atitudes em relação à diversidade e ao respeito. É notável que a maioria das crianças reconheça a importância do respeito e da igualdade entre as pessoas, independentemente de suas características físicas, gênero ou origem. Essa conscientização é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A análise das falas das crianças sobre sua identidade e cor revela uma compreensão crescente da importância da igualdade e do respeito entre as pessoas. Nesse contexto, destacam-se várias falas que merecem atenção especial, sobretudo aquelas que relatam experiências de racismo.

A fala da aluna (A7) é um exemplo contundente da dor e do sofrimento que o racismo pode causar em uma criança. Ela relata que uma menina não a deixou brincar porque não gostou do seu cabelo, o que a fez sentir-se triste e excluída. Essa experiência pessoal é um lembrete doloroso de que o racismo ainda é uma realidade presente na vida das crianças e de que é fundamental criar um ambiente seguro e acolhedor para que elas possam sentir-se valorizadas e respeitadas.

Por outro lado, a naturalidade da diversidade na fala da aluna (A2) é um exemplo inspirador de como as diferenças podem ser vistas como algo natural e positivo. Ela afirma que “não tem nada demais ser preto, porque as pessoas não têm que ser tratadas diferentes só por causa da cor”. Essa fala sugere que a aluna está começando a entender que a cor da pele não define o valor de uma pessoa e que todos merecem ser tratados com respeito e igualdade.

Algumas crianças também refletem sobre as diferenças entre meninos e meninas. Por exemplo, a aluna (A5) afirma que “as coisas de meninos e meninas são diferentes, a diferença é cabelo grande, curto”. Já o aluno (A3) destaca que “as meninas e meninos são diferentes, mas todo mundo pode estudar na mesma escola, brincar junto, todo mundo é

especial”. Essas falas sugerem que as crianças estão começando a compreender que as diferenças entre meninos e meninas não devem justificar desigualdade ou exclusão.

As falas das crianças sobre identidade e cor revelam uma compreensão crescente sobre a importância da igualdade e do respeito entre as pessoas. Elas estão começando a entender que todos têm valor e merecem ser tratados com dignidade, independentemente da cor ou de características físicas. Além disso, estão reconhecendo a diversidade como uma riqueza, na qual todos têm algo a contribuir.

A análise das falas destaca também a importância de criar um ambiente seguro e acolhedor para que as crianças possam expressar-se e sentir-se respeitadas. É fundamental promover a igualdade e o respeito entre as pessoas e criar oportunidades para que as crianças reflitam sobre a diversidade e a inclusão. É igualmente importante reconhecer que o racismo ainda é uma realidade presente na infância, sendo essencial desenvolver estratégias de prevenção e enfrentamento dessa injustiça.

A combinação de desenhos e gravações de vídeo permitiu uma abordagem multifacetada para compreender as percepções das crianças sobre a igualdade de gênero e a inclusão. Essa abordagem proporcionou que as crianças expressassem suas ideias de maneira criativa e autêntica, oferecendo uma visão mais profunda de suas compreensões e experiências.

Ao analisar as respostas do questionário, observa-se que as crianças entendem que todas as pessoas são especiais e importantes, e que cada uma possui habilidades e talentos únicos. Além disso, a maioria concorda que meninos e meninas devem ter os mesmos direitos e oportunidades e que todos merecem ser tratados com respeito e gentileza. Essa percepção é um indicador de que estão começando a desenvolver consciência crítica sobre a importância da igualdade e do respeito.

A percepção das crianças sobre as diferenças também merece destaque. A maioria não percebe distinções relevantes em relação à cor da pele ou ao gênero, e algumas se mostram curiosas e interessadas em conhecer mais sobre pessoas diferentes. Isso sugere que as crianças estão começando a compreender a diversidade como riqueza e que cada pessoa possui características únicas. O reconhecimento de famílias inter-raciais também pode indicar que as crianças estão aceitando e valorizando a diversidade presente em seus contextos.

No entanto, é importante observar que algumas crianças ainda apresentam percepções mais limitadas sobre diversidade e respeito. Algumas mostraram-se indiferentes

ou desconfortáveis diante de pessoas com características físicas diferentes. Esse dado aponta para a necessidade de intensificar ações de conscientização e reflexão.

Com base nas respostas, é possível concluir que as crianças estão começando a desenvolver consciência crítica sobre diversidade, respeito e igualdade. É fundamental continuar trabalhando esses temas de forma sistemática, promovendo reflexão e conscientização e auxiliando-as a desenvolver habilidades sociais e emocionais que as ajudem a lidar com situações de diversidade e conflito de forma construtiva. É igualmente importante que os educadores sejam modelos de comportamento respeitoso e inclusivo e promovam um ambiente de aprendizagem que valorize diversidade e igualdade.

A partir dessas conclusões, infere-se que a educação para a diversidade e o respeito é essencial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. É necessário que educadores e responsáveis trabalhem em conjunto para promover conscientização e respeito entre as crianças, ajudando-as a desenvolver habilidades sociais e emocionais que lhes permitam lidar com situações diversas e conflitivas de forma positiva. Dessa forma, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual todas as pessoas sejam valorizadas e respeitadas.

As respostas dos professores sobre educação antirracista e igualdade de gêneros revelam uma compreensão crescente sobre a importância desses temas na prática pedagógica.

Todos os professores que participaram da coleta de dados definem educação antirracista e igualdade de gêneros de forma coerente com os princípios de promoção da diversidade e da inclusão. Eles utilizam estratégias como discussões sobre diversidade e inclusão, uso de materiais didáticos que promovam a diversidade e a igualdade e atividades que incentivam a reflexão crítica sobre racismo e desigualdade de gênero. Além disso, abordam situações de discriminação ou preconceito em sala de aula de forma direta, promovendo discussões sobre o tema.

A professora 2 parece ter uma abordagem mais superficial em relação à educação antirracista e à igualdade de gêneros, limitando-se ao uso de materiais didáticos que promovam a diversidade e a igualdade, sem mencionar estratégias mais profundas de reflexão crítica. A mesma professora também ignora situações de discriminação ou preconceito em sala de aula, esperando que se resolvam sozinhas, o que pode perpetuar práticas discriminatórias.

Os professores 1 e 3 mencionam a importância da formação continuada em educação antirracista e igualdade de gêneros, mas não fica claro se essa formação é suficiente para

atender às necessidades formativas dos docentes. Os professores enfrentam desafios como resistência de alguns alunos ou colegas e dificuldade em abordar temas sensíveis. Ainda assim, acreditam que a educação antirracista e a igualdade de gêneros podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, incentivando a reflexão crítica sobre a sociedade.

As respostas revelam uma compreensão crescente sobre a importância da educação antirracista e da igualdade de gêneros na prática pedagógica. No entanto, é necessário aprofundar a reflexão crítica e ampliar a abordagem desses temas, além de superar os desafios enfrentados pelos docentes. A implementação de políticas escolares que promovam a igualdade e a diversidade, bem como a formação continuada para professores, surge como uma oportunidade importante para aprimorar a educação antirracista e a igualdade de gêneros nos anos iniciais.

Ao refletir sobre as respostas das crianças e dos professores, compreendo que estamos em um momento crucial de desenvolvimento da consciência crítica sobre a importância da diversidade, do respeito e da igualdade. A pesquisa empírica realizada revelou que as crianças estão começando a entender que todos têm valor e merecem ser tratados com dignidade, independentemente de cor ou características físicas. Elas reconhecem a diversidade como uma riqueza e acreditam que meninos e meninas devem ter os mesmos direitos e oportunidades.

Os resultados da pesquisa também mostraram que os professores demonstram consciência sobre a necessidade de promover diversidade e inclusão em sala de aula. Eles utilizam estratégias como discussões sobre diversidade e inclusão, uso de materiais didáticos que promovam a diversidade e a igualdade e atividades que incentivem a reflexão crítica sobre racismo e desigualdade de gênero.

No entanto, a pesquisa também identificou desafios a serem superados. Algumas crianças ainda apresentam percepções limitadas sobre diversidade e respeito, e alguns professores enfrentam resistência de alunos ou colegas, além de dificuldades em abordar temas sensíveis.

À luz dos resultados obtidos nesta pesquisa, evidencia-se a importância da formação continuada em educação antirracista e igualdade de gêneros, de modo a capacitar os professores com habilidades e conhecimentos necessários para abordar esses temas de forma eficaz. É fundamental que os docentes sejam apoiados e encorajados a superar os desafios enfrentados e a promover uma educação mais justa e inclusiva, capaz de fazer diferença na vida das crianças.

Nesse sentido, como fruto desta pesquisa, será apresentado ao término da dissertação um produto educacional que visa contribuir para alcançar os objetivos propostos, servindo como um recurso para a formação da consciência e do letramento racial desde os anos iniciais. Esse produto educacional reunirá recursos e estratégias para que os professores possam abordar os temas de educação antirracista e igualdade de gêneros de forma eficaz, sensível e inspiradora, promovendo uma educação mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, conforme disposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, esta pesquisa busca compreender como a educação antirracista pode ser promovida em uma escola de ensino fundamental, visando à formação crítica e autônoma dos estudantes.

Segundo Nilma Lino Gomes (2012), a educação antirracista é uma competência fundamental para os profissionais da educação, especialmente aqueles que atuam na gestão e coordenação escolar. A implementação da Lei nº 10.639/03 é um passo importante para garantir uma educação de qualidade e igualitária para todos os alunos, independentemente de sua raça ou etnia.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino do interior paulista, com estudantes do 2º ano do ensino fundamental – anos iniciais. A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa participativa, com enfoque qualitativo. Os resultados sugerem que as atividades práticas, as leituras e as rodas de conversa desenvolvidas contribuíram para a formação crítica e autônoma dos estudantes.

Indicam que a educação antirracista pode ser uma ferramenta relevante para promover a igualdade e a justiça social em contextos educacionais. No entanto, a pesquisa também evidenciou desafios e limitações, como a necessidade de maior formação e apoio aos professores, além da importância de uma abordagem mais ampla e sistêmica para enfrentar as desigualdades sociais.

As atividades práticas desenvolvidas podem ser adaptadas e implementadas em outras escolas, contribuindo para a formação crítica e autônoma dos estudantes. Ademais, a pesquisa ressalta a importância de uma abordagem sistêmica que envolva toda a comunidade escolar, e não apenas professores e estudantes.

A pesquisa reforça a relevância da educação antirracista para promover a igualdade e a justiça social no ambiente escolar. Mostra que as atividades desenvolvidas podem ser um instrumento valioso nesse processo. Contudo, é fundamental continuar avançando na superação dos desafios identificados, visando à implementação de uma educação antirracista mais ampla e consistente.

A análise das respostas das crianças evidencia a importância da educação para a diversidade e o respeito na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Uma abordagem educacional que valorize a diversidade e a igualdade é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Como pesquisadora, compreendo que as respostas dos professores revelam uma consciência crescente sobre a importância da educação antirracista e da igualdade de gêneros, mas também apontam desafios e limitações que precisam ser superados. É necessário aprofundar a reflexão crítica e a abordagem desses temas para promover uma educação mais justa e inclusiva.

Assim, espera-se que este estudo seja um chamado à ação, um convite para que todos os envolvidos na educação se unam em torno da conscientização e do respeito entre as crianças, bem como para apoiar os professores no desenvolvimento das habilidades e conhecimentos necessários para abordar esses temas de forma eficaz, promovendo uma educação mais justa e inclusiva para todos. Que este estudo represente um passo em direção a um futuro mais brilhante e mais justo para todas as crianças.

Em resumo, a pesquisa realizada revelou que a educação para a diversidade e o respeito é um processo contínuo, que demanda esforço e dedicação de todos os envolvidos. É necessário trabalhar em conjunto para promover a conscientização e o respeito entre as crianças e para apoiar os professores no desenvolvimento das competências necessárias para tratar desses temas de forma eficaz. A partir desses resultados, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R.; OLIVEIRA, F.; TEBET, G. G. C. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- ALBA, R; NEE, V. **Remaking the American mainstream**: assimilation and contemporary immigration. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- ALMEIDA, S. L. **Cotas Raciais**: Uma Política Afirmativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AZEVEDO, T. **Democracia racial**: ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BARBOSA, M. Nove em cada dez turmas infantis não têm ensino de temas raciais, diz estudo. **Terra**, Nós, São Paulo, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/nove-em-cada-dez-turmas-infantis-nao-tem-ensino-de-temas-raciais-diz-estudo,a40b67be03fc3de863daea94abaa71c4t39bvi60.html>. Acesso em: 24 fev. 2024.
- BENTO, M. A. S. A identidade racial em crianças pequenas. *In*: BENTO, M. A. S. (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012. p. 98-117.
- BORGES, C. C. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: seção 1, 05 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 18 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. (Coleção Educação para todos).

CARNEIRO, S. **Racismo e Religião: Uma Análise Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CUNHA, E. da. **Os sertões: campanha de Canudos**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-50.

DOMINGUES, P. Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-256, fev. 2013.

EDWARDS, C. P. Children's drawings: A study of children's art and its relation to their cognitive and social development. **Journal of Applied Developmental Psychology**, New York, NY, v. 28, n. 5-6, p. 453-465, 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2020.

FELCHER, C. D. O.; FERREIRA, V. L.; FOLMER, V. Pesquisa-ação: uma metodologia para pesquisa e intervenção. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 889-910, set./dez. 2017.

- FGV. Fundação Getulio Vargas. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, DF: Ipea; FGV, 2020.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, M. A. do R. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, E. F. S. **Significações constituídas pelas equipes gestoras sobre as relações de igualdade racial na escola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- FREITAS, L. C. de. **A educação antirracista na escola**. São Paulo: Cortez, 2020.
- FREIXO, M. **Discurso no Congresso Nacional Brasília**. Brasília, DF, 2020.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Edição comemorativa de 90 anos. São Paulo: Global, 2023.
- GAIDARGI, A. M. M. Educação infantil dialógica e não-violenta. **Dialogia**, São Paulo, n. 33, p. 246-262, set./dez. 2019.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GIROUX, H. A. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: professores como intelectuais transformadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GOMES, J. B. B. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.
- GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: CANDAU, V. M. (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 61-76.
- GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial e educação: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOMES, N. L. Raízes de uma educação antirracista: construções coletivas, pedagógicas e de gestão escolar. In: CEERT. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. **Encontro Diálogos Antirracistas**. v. 3. São Paulo: Ceert, 2024.
- GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GONÇALVES, L. A. O.; GONÇALVES E SILVA, P. B. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./dez. 2000.

GONZALEZ, L. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.

GURAN, M. **Religiões de Matriz Africana: Uma Abordagem Histórica**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LIMA, M. E. O; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-412, dez. 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACEDO, D. **Literacy Matters**. Boulder, CO: Westview Press, 2006.

MAGALHÃES, M. Cotas raciais: uma medida necessária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 98, 2018.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006.

MORTATTI, M. F. C. Alfabetização e letramento: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 55-67, jan./abr. 2010.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1968.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. **A presença africana no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MUNANGA, K. Negritude e identidade negra no Brasil. *In*: MUNANGA, K. (org.). **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2019b. p. 49-68.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2019a.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo e etnia. *In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO*, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. p. 15-34.

NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, E. de O. e. O mulato, um obstáculo epistemológico. **Argumento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 65-72, 1974.

OLIVEIRA, S. R. F. de. *Educação histórica e a sala de aula*: o processo de aprendizagem em alunos das séries iniciais do ensino fundamental. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Nova York: ONU, 1948.

OURINHOS (Município). **Regimento Interno da EMEFs**. Ourinhos, 2016.

PEVIRGULADEZ, Allan. **O Meu Cabelo É Bem Bonito**. Ilustrações de Ricardo Sacih. São Paulo: Pólen Livros, 2022.

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, F.; SANTOS, M. A. dos; RATTS, A. (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

ROCHA, L. C. P. **Políticas afirmativas e educação**: a Lei 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil Contemporâneo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

ROCHA, L. S. **20 anos de Lei nº 10.639**: por mais avanços rumo a uma educação antirracista. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). São Paulo: Portal Cenpec, 2023.

RODRIGUES, N. O Negro no Futebol. *In: RODRIGUES, N. (org.). A Vida como Ela É...* Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1957. p. 123-124.

RODRIGUES, T. **Antirracismo**: teoria e prática. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. *In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e anti-racismo na educação*: repensando nossa escola. 5. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 161-178.

ROQUETTE-PINTO, E. O Brasil e a antropogeografia. *In: ROQUETTE-PINTO, E. Seixos Rolados* (Estudos Brasileiros). Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1927. p. 45-79.

- SANTOS, S. A. A Lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista no movimento negro. *In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: MEC, SECAD, 2005. p. 21-37.*
- SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Annablume, 2014.
- SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo no Brasil. *In: SCHWARCZ, L. M; QUEIROZ, R. S. (org.). **Racismo no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2002. p. 45-61.*
- SILVA, M.; PEREIRA, M. Percurso da lei 10639/03 e o ensino de história e cultura africana no Brasil: antecedentes, desdobramentos e caminhos. **Em Tempo de Histórias,** Brasília, DF, n. 22, p. 125-135, jan./jul. 2013.
- SKIDMORE, T. E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- TOURAINÉ, A. **Podemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.
- VIANA, F. J. de O. **Evolução do Povo Brasileiro.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- VIANA, F. J. de O. **Raça e Assimilação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VILLELA, F. F.; KLEIN, A. M. Enfrentamento ao racismo por meio de projetos voltados à educação em direitos humanos e à prevenção do bullying escolar. *In: KLEIN, Ana Maria; NIGRO, C. M. C.; GALINDO, M. A. (org.). **Cultura Afro-brasileira, racismo e educação:** reflexões e práticas a partir dos direitos humanos, literatura e questões de gênero.* Curitiba: Appris, 2017. p. 73-82.
- WILKERSON, I. **Casta:** as origens de nosso mal-estar. Tradução de Denise Bottmann e Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Schwarcz, 2021.

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de anuência à Secretaria Municipal de Educação

CARTA DE ANUÊNCIA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Assunto: Autorização para a realização de pesquisa científica e aplicação de objeto de aprendizagem.

Termo de aceite para execução do projeto proposto pelo pesquisadora Valéria Silvestre, aluna regularmente matriculada no curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) em Docência para a Educação Básica, intitulado orientação do Professor Doutor Macioniro Celeste Filho. A pesquisa tem como objetivo levantar a percepção dos estudantes do ensino fundamental anos iniciais sobre a sua formação crítica; fomentar a empatia e a compreensão entre os alunos, promovendo uma cultura de respeito e inclusão. contribuindo para a melhoria do aprendizado, com ações que possibilitem o engajamento dos estudantes, e por conseguinte, uma formação mais humanizadora, respeitando as resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) após trâmite e aprovação pelo Comitê de Ética da FC/Unesp

Prezado Secretário de Educação do Município de Ourinhos-SP, Rodrigo Mendes, considerando o objetivo da elaboração e aplicação do Objeto de aprendizagem exigido pelo curso de Mestrado Profissional em Docência para a Educação Básica da FC/Unesp, eu, Valéria Silvestre, portadora do RG nº XXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXX, docente da rede municipal de ensino, solicito através desta, autorização para efetivação da pesquisa e aplicação do objeto de aprendizagem nas dependências da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, situada na rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXX – Jardim XXXXXX– XXXXX-SP no ano de 2025.

Atenciosamente,

Ourinhos, 05 de junho de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal de Educação de Ourinhos-SP

Apêndice B – Carta de Aceite da Unidade Escolar

CARTA DE ACEITE DA UNIDADE ESCOLAR

Eu, XXXXXXXXXXXX RG n. XXXXXXXXXXXX, diretora da XXXXXXXXXXXXXXXX, situada na rua XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX – XXXXXX– XXXXX-SP - CEP XXXXXXXX, no uso das minhas atribuições legais, declaro que Valéria Silvestre, RG nº XXXX, CPF nº XXXXXXXX, residente na rua XXXXXXXX, XXX vila XXXXXXXX – XXXX - SP, CEP: XXXXXXXX Telefone XXXXXXXX, e-mail: valeria.silvestre@unesp.br, professora titular de Educação Básica I, com sede nesta Unidade Escolar, apresentou o projeto de pesquisa intitulado: **“Construindo pontes: o letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade”**, que visa promover o ensino e a compreensão da história e cultura antirracista, cujas atividades serão desenvolvidas na Unidade Escolar por mim dirigidas, e que me sinto perfeitamente esclarecida sobre o conteúdo e os eventuais riscos e benefícios.

Desse modo, **autorizo** a realização, nesta instituição, da pesquisa, colocando-me à disposição para cooperar com a execução das atividades e permitindo o uso de informações e imagens, uma vez que estas atenderão os aspectos legais e éticos e zelarão pelo sigilo da identidade dos participantes. O uso de tais informações se dará exclusivamente para fins acadêmicos e educativos.

XXXXXXXXXXXX, 05 de junho de 2025.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG n. XXXXXXXXXXXX

Diretora da Unidade Escolar

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o professor

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Mestrado Profissional Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR

Ilmo(a). Sr(a) Professor(a) _____

Instituição: _____

Venho por meio deste lhe convidar a participar de uma pesquisa intitulada **“Construindo pontes: o letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade”**, que visa promover o ensino e a compreensão da história e cultura antirracista, pesquisa desenvolvida por mim, Valéria Silvestre com a orientação do Professor Doutor Macioniro Celeste filho, como parte do curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – FC/UNESP, campus de Bauru.

O objetivo do estudo é levantar a percepção dos estudantes do ensino fundamental anos iniciais sobre a sua formação crítica; fomentar a empatia e a compreensão entre os alunos, promovendo uma cultura de respeito e inclusão.

Essa pesquisa trará como benefícios a melhoria do aprendizado, com ações que possibilitem o engajamento dos estudantes, e, por conseguinte, uma formação mais humanizadora. Além disso, a construção de conhecimentos acerca de tudo que envolva a cultura, as tradições, com ênfase na contribuição das mulheres negras para a riqueza cultural e científica brasileira e colaborar com a formação de professores que atuam na educação fundamental I, desenvolvendo o e-book como atividade-guia, isso significa que engendrará novas aprendizagens e isso não ocorre de modo espontâneo, pois dependerá de mediações educativas sustentadas em referencial teórico crítico. Os benefícios também se estenderão aos alunos que terão uma prática educacional aprofundada a partir do desenvolvimento das atividades numa perspectiva antirracista e de gênero.

Sendo assim, por meio de um estudo teórico e de práticas observadas e vivenciadas revelam-se de extrema importância às pesquisas voltadas ao trabalho pedagógico na educação fundamental I, a partir da mediação do professor.

Quanto a metodologia trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, pelo fato da pesquisadora atuar na unidade escolar investigada, tratar-se-á de uma pesquisa-ação. Será realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo de forma indissociada, com questionário com professores e com os estudantes e aplicação de uma sequência didática (série de ações que tragam conteúdo para a pesquisa e construção do produto de aprendizagem) por meio da história “Lápis cor de pele” e Dinâmica “ Quem sou”, sobre Identidade com estudantes do 2º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Ourinhos-SP. O registro será feito através de um diário de campo que serão anotadas as observações realizadas durante as atividades

A sua participação é muito importante e totalmente voluntária, sendo assim, não receberá qualquer tipo de pagamento, assim como, também não haverá qualquer ônus financeiro. A coleta de dados será realizada na unidade escolar, em dia de aula, com a turma do 2º ano, não alterando a rotina diária.

Os riscos dessa pesquisa serão mínimos. Poderão ocorrer na forma de desconfortos, ao responder o questionário, tais como: insegurança, aborrecimento, vergonha, entre outros, que serão observados pelo pesquisador, que promoverá um diálogo para sanar tais desconfortos. Entretanto, o(a) senhor(a) poderá desistir a qualquer momento da pesquisa.

Conforme a legislação referente a pesquisa com seres humanos, Resoluções 466/12 (Brasil, 2013) e 510/16 (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde, será garantido a todos os participantes o esclarecimento sobre a pesquisa, seus objetivos, riscos, benefícios, metodologia, em todas as etapas da pesquisa, bem como a garantia de plena liberdade na recusa da participação ou na retirada do consentimento, em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou penalização. Assim, esclareço que não haverá necessidade de qualquer tipo de ressarcimento, pois as despesas serão cobertas pelo pesquisador e explícito a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes dessa pesquisa.

Esclareço que todo os materiais coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins dessa pesquisa. Serão mantidas em sigilo as identidades pessoais, bem como da instituição.

Em qualquer momento, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato comigo ou com minha orientadora para novos esclarecimentos sobre a pesquisa em qualquer fase. Os resultados da pesquisa, caso queira, estarão à sua disposição quando finalizada. As

informações coletadas na pesquisa ficarão arquivadas com a pesquisadora por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídas.

Você receberá uma via deste termo constando todas as informações acima, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Nome do professor orientador da pesquisa: Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho.

Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências - Campus Bauru.

Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências - Unesp/Bauru. E-mail: macioniro.celeste@unesp.br.

Professora pesquisadora Valéria silvestre – vsilvestre1@gmail.com – Telefone: 1499729-2772.

Eu declaro que estou esclarecido(a) sobre os objetivos provenientes da pesquisa realizada por Valéria Silvestre, aluna do curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação da Universidade Estadual Paulista – FC/UNESP e pelo seu orientador Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho,. Fui informado(a) e estou ciente, dos cuidados que a pesquisadora tomará para a garantia do sigilo assegurando a privacidade da instituição, e aceito participar da pesquisa.

Nome: _____

Assinatura: _____

Ourinhos, ____ de _____ de 2025.

Qualquer dúvida ou informação sobre a pesquisa poderão ser sanadas em contato com o Comitê de Ética da Faculdade de Ciências/UNESP/Bauru **Coordenador:** Prof. Dr. Cassiano Merussi Neiva

Fone: (14) 3103-9400 E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os pais ou responsáveis pelos estudantes

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

Mestrado Profissional Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação
Básica – FC/UNESP

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS
OU RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES**

Ilmo(a). Sr(a): _____, responsável pelo(a) estudante _____.

Seu filho(a) está convidado a participar da pesquisa “Construindo pontes: o letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade”, que visa promover o ensino e a compreensão da história e cultura antirracista e de gênero no ciclo de alfabetização.

Neste projeto, trabalharemos em conjunto para explorar e aprender mais sobre a Educação Antirracista. Inicialmente, por intermédio de atividades lúdicas, levantaremos as hipóteses que eles possuem sobre o tema. Com base nesse conhecimento, planejaremos atividades ao longo do semestre, que incluirão rodas de conversas, oficinas de leitura e conto, músicas, dinâmicas, entrevistas, diários de aula, observações em sala, registro de fotos, vídeos e/ou gravações de áudio. Essas ferramentas nos ajudarão a avaliar o progresso do projeto.

A pesquisa será desenvolvida no decorrer das aulas, pela professora e aluna do Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica, da UNESP, Valéria Silvestre. Nossa pesquisa se desenvolverá de forma presencial

Os resultados obtidos serão utilizados para fins científicos e a identidade dos alunos será mantida em sigilo. A participação do seu filho(a) é totalmente voluntária, assim, não receberá pagamento e não terá nenhum ônus financeiro.

Os riscos que a pesquisa apresenta estão relacionados às relações interpessoais entre os estudantes e a pesquisadora, no decorrer da realização das rodas de conversa onde os estudantes poderão se cansar e terão liberdade para interromper as ações em curso. Entretanto, os problemas que se apresentarem serão amenizados por meio de orientação

adequada, em uma metodologia de ações inclusivas e que envolva troca de experiências entre os participantes e o término das ações.

Quanto aos benefícios temos a afirmar que os resultados da pesquisa contribuirão para a melhoria do aprendizado, com ações que possibilitem o engajamento dos estudantes, e, por conseguinte, uma formação mais humanizadora. Além disso, a construção de conhecimentos acerca de tudo que envolva a cultura, as tradições, com ênfase na contribuição das mulheres negras para a riqueza cultural e científica brasileira.

Conforme as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde assegura-se total sigilo de suas informações em todas as etapas da pesquisa, com a garantia de plena liberdade em se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer etapa da pesquisa, sem prejuízo ou penalização alguma.

Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinada por ambas às partes (pesquisador e participante).

Qualquer informação durante o processo ou depois dele, poderá ser obtida a partir do contato com os pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa – todos os contatos encontram-se listados ao final deste termo.

IDENTIFICAÇÃO DO VOLUNTÁRIO

Nome do Aluno(a) participante: _____

Responsável: _____

RG: _____

Telefone para contato: () _____

Declaro ter sido informado(a) de maneira clara e detalhado sobre as justificativas, os objetivos e a metodologia da pesquisa intitulada **“Construindo pontes: o letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade”**, bem como as atividades envolvidas.

Estou ciente de que a privacidade de meu/minha filho(a) será respeitada, ou seja, sigilo de informações sobre a vida pessoal, e, também a não divulgação do nome próprio.

Estou ciente de que posso recusar a sua participação, retirar meu consentimento, ou interromper a participação dele(a) a qualquer momento, sem precisar justificar.

Estou ciente de que a participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Declaro que concordo com a participação de meu/minha filho(a) como voluntário(a) e permito a realização de fotos, vídeos em aula presencial ou via *online*, que não o/a coloque em risco ou perigo.

Declaro que concordo também, com a divulgação das fotos, vídeos e dos resultados provenientes da pesquisa somente para fins didáticos e pedagógicos.

Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Eu certifico que li o texto de consentimento e entendi seu conteúdo. Minha assinatura demonstra que concordei livremente que meu filho(a) participe deste estudo.

Ourinhos, _____ / _____ / _____

Nome da professora pesquisadora: Valéria Silvestre

Licenciada em Pedagogia, mestranda pelo Programa Docência para Educação Básica - UNESP/Bauru. Fone: (14) 997292772 E-mail: valeria.silvestre@unesp.br

Nome do professor orientador da pesquisa: Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho, Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências - Campus Bauru. Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências - Unesp/Bauru. E-mail: macioniro.celeste@unesp.br

Comitê de ética em Pesquisa CEP/FC – Unesp Bauru - Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa - Bauru/SP – CEP 17033-360 E-mail: cepesquisa.fc@unesp.br Fone: (14) 3103-9400.

Apêndice E – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para o estudante

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Mestrado Profissional Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação
Básica

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ESTUDANTE

Olá, tudo bem?

Eu sou a professora Valéria silvestre! Você já me conhece!

“Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “Construindo pontes: o letramento étnico-racial e de gênero como instrumento para a promoção da igualdade e diversidade”, pesquisa desenvolvida por mim, Valéria Silvestre, com a orientação do Professor Doutor Macioniro Celeste Filho como parte do curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – FC/UNESP, campus de Bauru.

O objetivo do estudo é levantar a percepção dos estudantes do ensino fundamental anos iniciais sobre a sua formação crítica; fomentar a empatia e a compreensão entre os alunos, promovendo uma cultura de respeito e inclusão.

Você pode nos ajudar? Isto é um convite, você decide se quer ou não participar. Caso aceite participar e depois mude de ideia, você pode desistir a qualquer momento, é só nos falar, e se quiser conversar a respeito, estaremos à disposição.

Então você poderia participar das atividades?

Para isso eu preciso,



OBSERVAR



ANOTAR



FOTOGRAFAR

Sim

Não

A realização da pesquisa acontecerá na unidade escolar, em dia de aula, não alterando a rotina diária.

Os riscos dessa pesquisa serão mínimos. Poderão ocorrer na forma de desconfortos, ao responder o questionário, tais como: insegurança, aborrecimento, vergonha, entre outros, que serão observados pelo pesquisador, que promoverá um diálogo para sanar tais desconfortos. Entretanto, você poderá desistir a qualquer momento da pesquisa.

Os benefícios da pesquisa serão colaborar com a sua formação educacional, numa perspectiva étnica racial e de gênero, promovendo a igualdade e respeito à diversidade.

Não haverá nenhum custo para você e não receberá nada por participar.

Esclareço que todo os materiais coletados escritos serão utilizados única e exclusivamente para fins dessa pesquisa. Serão mantidas em sigilo os nomes dos participantes. As fotos das atividades serão utilizadas na dissertação, posteriormente.

JÁ QUE MEU RESPONSÁVEL ACEITOU E EU ENTENDI E TIREI MINHAS DÚVIDAS, CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA.

Ourinhos, ____ de _____ de 2025.

Nome completo

Dúvidas

Coordenador do CEPE: Prof. Dr. Cassiano Merussi Neiva

Fone: (14) 3103-9400

E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br

Nome do professor orientador da pesquisa: Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho,
Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências - Campus Bauru.

Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências - Unesp/Bauru. E-mail:

macioniro.celeste@unesp.br

Professora-pesquisadora Valéria Silvestre – vsilvestre1@gmail.com – Telefone:

Apêndice F – Instrumento de coleta de dados – questionário para os professores

Questionário sobre Educação Antirracista e Igualdade de Gêneros

1. Como você gostaria de ser identificado(a) neste questionário?

- Nome completo
- Apelido
- Documento de identificação
- Outro: _____

2. Qual é o seu tempo de experiência como professor(a) no Ensino Fundamental?

- Menos de 2 anos
- 2 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

3. Como você define educação antirracista e igualdade de gêneros em sua prática pedagógica?

- Como uma abordagem que busca combater o racismo e promover a igualdade entre os gêneros
- Como uma forma de promover a diversidade e a inclusão em sala de aula
- Como uma estratégia para melhorar o desempenho acadêmico dos alunos
- Outro: _____

4. Quais estratégias você utiliza para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros em sua sala de aula? (Selecione todas as opções aplicáveis)

- Discussões sobre diversidade e inclusão
- Uso de materiais didáticos que promovam a diversidade e a igualdade
- Atividades que incentivem a reflexão crítica sobre o racismo e a desigualdade de gênero
- Outro: _____

5. Como você lida com situações de discriminação ou preconceito em sala de aula?

- Aborda a situação diretamente e promove uma discussão sobre o tema
- Ignora a situação e espera que ela se resolva sozinha
- Encaminha o aluno para uma autoridade superior
- Outro: _____

6. Você recebeu formação específica sobre educação antirracista e igualdade de gêneros durante sua formação inicial ou continuada?

- Sim, durante a formação inicial
- Sim, durante a formação continuada
- Não
- Outro: _____

7. Quais recursos ou materiais você utiliza para apoiar sua prática pedagógica em educação antirracista e igualdade de gêneros? (Selecione todas as opções aplicáveis)

- Livros didáticos que abordam a diversidade e a igualdade
- Recursos online que promovam a educação antirracista e a igualdade de gêneros
- Atividades práticas que incentivem a reflexão crítica
- Outro: _____

8. Como você avalia a eficácia de suas estratégias para promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros?

- Através de feedback dos alunos
- Através de avaliações regulares do desempenho acadêmico
- Através de observações da dinâmica em sala de aula
- Outro: _____

9. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao promover a educação antirracista e a igualdade de gêneros em sua prática pedagógica? (Selecione todas as opções aplicáveis)

- Resistência de alguns alunos ou colegas
- Falta de recursos ou materiais adequados

Dificuldade em abordar temas sensíveis

Outro: _____

10. Como você acredita que a educação antirracista e a igualdade de gêneros podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis?

Promovendo a empatia e a compreensão entre as pessoas

Incentivando a reflexão crítica sobre a sociedade

Desenvolvendo habilidades para lidar com a diversidade

Outro: _____

11. Quais oportunidades você vê para melhorar a educação antirracista e a igualdade de gêneros nos anos iniciais?

Desenvolvimento de materiais didáticos mais inclusivos

Formação continuada para professores

Implementação de políticas escolares que promovam a igualdade e a diversidade

Outro: _____

Apêndice G – Instrumento de Coleta de Dados – questionário para os estudantes

Questionário sobre Diversidade e Respeito

1. Como você gostaria de ser identificado neste documento?

- Nome completo
- Apelido
- Outro: _____

2. O que significa ser diferente para você?

- Ter características físicas distintas
- Ter opiniões e perspectivas únicas
- Ter habilidades e talentos diferentes
- Outro: _____

3. Como você se sente quando vê alguém com uma cor de pele diferente da sua?

- Curioso(a) e interessado(a) em conhecer mais sobre a pessoa
- Indiferente, não vejo diferença
- Desconfortável ou com medo
- Outro: _____

4. Por que você acha que todas as pessoas são especiais e importantes?

- Porque cada pessoa tem habilidades e talentos únicos
- Porque todas as pessoas têm direitos iguais
- Porque cada pessoa tem uma história e experiências únicas
- Outro: _____

5. O que você acha que meninos e meninas podem fazer juntos?

- Atividades esportivas
- Atividades acadêmicas
- Atividades artísticas
- Todas as opções acima
- Outro: _____

6. Você acha que meninos e meninas devem ter os mesmos direitos e oportunidades?

- Sim, porque todos merecem igualdade
- Não, porque meninos e meninas têm necessidades diferentes
- Outro: _____

7. O que você faz quando vê alguém sendo tratado de forma diferente por ser menino ou menina?

- Tento ajudar a pessoa
- Fico indiferente
- Tento mudar a situação
- Outro: _____

8. O que você faz quando alguém é tratado de forma injusta ou má?

- Tento ajudar a pessoa
- Fico indiferente
- Tento mudar a situação
- Outro: _____

9. Por que é importante respeitar as diferenças entre as pessoas?

- Porque cada pessoa é única e valiosa
- Porque o respeito promove a harmonia e a paz
- Porque é fundamental para a construção de uma sociedade justa
- Outro: _____

10. Você acha que todos merecem ser tratados com respeito e gentileza?

- Sim, porque todos têm direitos iguais
- Sim, porque o respeito é fundamental para a dignidade humana
- Outro: _____

Apêndice H – Parecer do Comitê de Ética

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ALFABETIZAÇÃO

Pesquisador: VALERIA SILVESTRE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 90574725.1.0000.5398

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.758.871

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa intitulado: "A educação das relações étnico-raciais na alfabetização", apresenta os itens essenciais a sua apresentação: resumo, objetivo, detalhamento teórico para a realização da pesquisa, metodologia, referências. Contextualiza a temática e aponta o desenvolvimento de suas ações.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo apresentado para a pesquisa é: investigar possibilidades e inserir a Lei nº 10639/03 na execução de atividades cotidianas e na promoção da relação étnica racial para o desenvolvimento crítico de um grupo de estudantes no 1º ano do Ensino Fundamental anos iniciais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios são apresentados nos termos obrigatórios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa terá contribuição nas ações de inclusão social, necessárias e importantes para as crianças do 1º do Ensino Fundamental, fazendo com que a legislação seja objeto de leitura e de aplicação no cotidiano da sala de aula, o que terá uma experiência concreta e viva para os estudantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos Obrigatórios - TCLE, para Professores e Pais ou Responsáveis pelas crianças está em

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Prédio Administrativo da Faculdade de Ciências - anexo à
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-8070 Fax: (14)3103-8400 E-mail: cepesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 7.758.071

conformidade com a RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012, as quais trazem a orientações de como redigir os Termos Obrigatórios o mesmo ocorrendo no Termo de Assentimento Livre Esclarecido, para as crianças.

Recomendações:

A pesquisadora não apresenta o orçamento para a realização do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Apresentamos como recomendação a Inclusão do Orçamento das despesas para a realização da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto considerado aprovado por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos analisados pelo colegiado deste CEP - Comitê de ética em Pesquisa. Lembramos que é dever do pesquisador responsável, ao término da pesquisa e conforme cronograma informado à Plataforma Brasil, apresentar o relatório final da mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_3411277.pdf	21/07/2025 09:30:29		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_3411277.pdf	21/07/2025 09:30:01		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Valeria_Silvestre.docx	21/07/2025 09:09:46	VALERIA SILVESTRE	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	21/07/2025 09:09:22	VALERIA SILVESTRE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_assentimento.docx	15/07/2025 14:52:59	VALERIA SILVESTRE	Aceito
Outros	Gartade_aceiteSME.pdf	15/07/2025 14:45:55	VALERIA SILVESTRE	Aceito
Outros	GARTADEACEITE_Escola.pdf	15/07/2025 14:44:10	VALERIA SILVESTRE	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoassinada.pdf	15/07/2025 14:42:30	VALERIA SILVESTRE	Aceito

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Prédio Administrativo da Faculdade de Ciências - anexo à
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-6070 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 7.758.871

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BAURU, 11 de Agosto de 2025

Assinado por:
Marianne Ramos Felijo
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Prédio Administrativo da Faculdade de Ciências - anexo à
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-6070 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cep@ciencias.fc@unesp.br